

LUCAS NEVES COSTA

**DO LATIM AO PORTUGUÊS: UM ESTUDO
ENUNCIATIVO DE TEXTOS LÍRICOS**

**PORTO ALEGRE
2019**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS**

**DO LATIM AO PORTUGUÊS: UM ESTUDO
ENUNCIATIVO DE TEXTOS LÍRICOS**

LUCAS NEVES COSTA

ORIENTADORA: PROFA. DRA. CARMEM LUCI DA COSTA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras pelo Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**PORTO ALEGRE
2019**

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Roseli e Lindomar, por me ensinarem as coisas mais importantes.

À minha irmã, Thays, pelo exemplo de força, dedicação e resiliência.

À Tamires, pelo amor, pelo companheirismo e por me lembrar, todos os dias, de que eu sou capaz.

À minha orientadora, professora Carmem Luci da Costa Silva, pela interlocução acolhedora, sempre permeada de afeto, profissionalismo e didática, a qual permite que eu me torne sujeito de minha própria trajetória de pesquisa.

À Carina e à Isadora, pela amizade e pela companhia ao longo desse percurso.

Às professoras Laura Rosane Quednau, Lúcia Sá Rebello e Maria Cristina Martins, do departamento de Latim da UFRGS, por me conduzirem pelas estradas da Roma Antiga.

À professora Mônica Nariño, pela amizade, pela confiança e pelo privilégio em integrar a equipe do Núcleo de Ensino de Línguas em Extensão da UFRGS.

À professora Márcia Gonçalves, por ter dado, lá no ensino médio, o primeiro empurrãozinho e por ser sempre uma inspiração.

Aos meus avós, que, de algum lugar, comemoram comigo esta conquista.

Principium cuius hinc nobis exordia sumet, nullam rem e nihilo.
(O princípio que será tomado como base é o de que nenhuma
coisa pode ser criada a partir do nada.)

Titus Lucretius Carus, *De Rerum Natura*

RESUMO

O presente trabalho busca entender *como as marcas de pessoa e não pessoa, presentes em textos líricos de diferentes momentos sincrônicos e relacionados à diacronia latim-português, produzem sentido na leitura ao se considerar a instância de discurso de atualização de tais formas e a situação enunciativa de cada texto*. Para tanto, à luz da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste (1966/1995; 1974/1989) e dos deslocamentos dessa teoria para as noções de texto, leitura e tradução, efetuados, respectivamente, pelos trabalhos de Knack (2012), Naujorks (2011) e Rosário (2012), serão analisadas poesias de diferentes autores e momentos históricos. Em um primeiro momento, toma-se como base a análise do *Carmen LI*, do poeta latino Catulo, cuja obra revela traços de oralidade e inovação literária. A lírica latina e a obra desse poeta são definidas e contextualizadas por meio do trabalho de Cardoso (2013); já o texto original em Latim e a tradução em Língua Portuguesa, que também será brevemente analisada por nós, provêm da obra de Vasconcellos (1991). Em seguida, apresentam-se textos de natureza lírica oriundos de diferentes momentos históricos: uma cantiga medieval de Joan Garcia de Guilhade, contextualizada pela obra de Moisés (1966) e um poema de Carlos Drummond de Andrade, contextualizado por Bosi (1994), ajudam a formar um panorama do caminho percorrido pelo idioma, evidenciando as mudanças dos recursos linguísticos e de seus efeitos de sentido em cada texto a partir da consideração da relação intersubjetiva (*eu-tu*) constitutiva do processo enunciativo. Esses textos serão analisados individualmente, levando em conta suas respectivas sincronias que se revelam nas circunstâncias enunciativas de produção. Depois, pensaremos os textos diacronicamente no conjunto. A abordagem teórica almeja demonstrar o papel desempenhado pelas marcas de pessoa e não pessoa na construção do *eu lírico* e, com o auxílio de Silva (2007), expor as mudanças e as permanências da língua que evidenciam uma *história de enunciações*. Aliando a literatura com uma teoria linguística contemporânea, este trabalho espera ser útil tanto para os estudos enunciativos benvenistianos, ao trazer a literatura como um objeto possível de ser estudado por essa corrente, quanto para os estudos literários, principalmente no que se refere à literatura latina, ao fornecer-lhe um novo e necessário fôlego. Assim sendo, a proposta reitera sua relevância porque se baseia na crença de que, conforme Saussure (2002/2004), estudar o idioma que deu origem à nossa língua é estudar a nossa própria língua.

Palavras-chave: Enunciação. Texto lírico. Latim. Português.

ABSTRACT

This work seeks to understand how the marks of the person (I-You) and the *non-person* (the third person), present in lyrical texts from different synchronic moments and related to the latin-portuguese diachrony, produce meaning in the reading while considering the instance of speech of the actualization of such forms and the enunciative situation from each text. For this purpose, poetry from different authors and historical moments were analyzed in the light of Émile Benveniste's Theory of Enunciation (1966/1995; 1974/1989) and by the displacement of this theory towards the notions of the text, reading and translation, performed, respectively, through the works of Knack (2012), Naujorks (2011) and Rosário (2012). In a first moment, the analysis of *Carmen LI* is taken as a basis, by the latin poet Catulo, whose work reveals traces of orality and literary innovation. The latin lyric and the work of this poet are defined and contextualized by means of Cardoso's work (2013); whereas the original text in Latin and the translation in Portuguese Language, which also will be briefly analyzed by us, stems from the work of Vasconcellos (1991). After that, texts of lyric nature from distinct historical moments are presented: a medieval song by Joan Garcia de Guilhade, contextualized by the work of Moisés (1966), and a poem by Carlos Drummond de Andrade, contextualized by Bosi (1994). They help to create an overview of the pathway taken by the language, highlighting the changes of the linguistic resources and its effects on the meaning from each text. It is taken into account the intersubjective relation (I-You) that constitutes the enunciative process. These pieces of texts will be analyzed individually, considering its respective synchronies which are revealed from the enunciative circumstances of the production. Thereafter, the texts are thought diachronically, as a whole. The theoretical approach aims at demonstrating the role performed by the marks of the *person* and *non-person* in the construction of the *lyric-self* and, with the assistance of Silva (2007), exposing the changes and the permanence of the language, which point out a *history of enunciations*. Combining literature with contemporaneous linguistic theory, this work expects to be useful not only for the Benvenistian enunciative studies, as it brings literature as a possible object to be studied by this current theory, but also the literary studies, principally with regards to latin literature, by providing a new and necessary vitality. Thus, the proposal reiterates its relevance because it is based on the belief that, according to Saussure (2002/2004), to study the language that has given birth to our language is to study our own language.

Keywords: Enunciation. Lyrical text. Latin. Portuguese.

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	8
2	QUAL OBJETO, QUAL TEORIA E QUAL QUESTÃO?	12
3	A PERSPECTIVA ENUNCIATIVA DE ÉMILE BENVENISTE NA TEORIZAÇÃO SOBRE LINGUAGEM.....	19
3.1	Enunciação: a passagem da língua ao discurso e a emergência das formas de pessoa e não pessoa	21
<i>3.1.1</i>	<i>Linguagem e língua.....</i>	<i>22</i>
<i>3.1.2</i>	<i>As relações de pessoa e não pessoa no discurso.....</i>	<i>27</i>
<i>3.1.3</i>	<i>Discurso: intersubjetividade e referência.....</i>	<i>31</i>
3.2	Língua e sociedade	36
3.3	Desdobramentos da teoria benvenistiana em texto, leitura e tradução.....	38
4	CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	43
4.1	Os fatos de linguagem.....	43
4.2	Os procedimentos de análise.....	45
5	MOVIMENTOS ANALÍTICOS.....	49
5.1	A lírica latina.....	50
<i>5.1.1</i>	<i>O original latino</i>	<i>50</i>
<i>5.1.2</i>	<i>O texto traduzido</i>	<i>55</i>
5.2	A lírica medieval	58
5.3	A lírica moderna	63
5.4	Os movimentos enunciativos na diacronia	68
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este estudo constitui o Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Letras — Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, com ênfase em Língua Latina e Literatura de Língua Latina — do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Neste capítulo, é apresentado um breve panorama, uma trajetória de estudos e vivências acadêmicas que resultou na pesquisa que aqui se apresenta.

Para início de conversa, neste momento, convém mencionar e esclarecer uma série de fatores que originaram este trabalho. Para isso, tomo a palavra, assim mesmo, na primeira pessoa, a fim de explicar as motivações iniciais que fomentaram a pesquisa que hoje resulta no meu trabalho de conclusão de curso.

Como toda pesquisa que se preze, este trabalho é fruto de algumas angústias, desejos e vontades. Mais precisamente, de três principais: (1) relacionar Linguística e Literatura, (2) apresentar o latim como objeto possível para uma abordagem linguística mais contemporânea e (3) aproximar-me de uma concepção enunciativa de texto em relação à qual não me aprofundi ao longo da minha formação no curso de Letras.

A primeira questão, que se refere à união da Linguística e da Literatura, adveio daquilo que parece ser uma constante dentro do curso de Letras: a suposta separação entre os campos de estudo que compõem nossa área. Desde o momento em que entramos na graduação em Letras, somos questionados a respeito do que gostamos de estudar e em qual linha de pesquisa vamos seguir, se na Linguística ou na Literatura. Questionamentos desse tipo colocam-nos em uma difícil posição, a de fazer uma escolha dentre áreas que ainda estamos apenas conhecendo e descobrindo.

Como licenciados em Letras, saímos do curso qualificados a lecionar aulas de língua e de literatura. É evidente que, no decorrer de nossa formação, definimo-nos como professores e pesquisadores, efetuando recortes temáticos e teóricos. Apesar disso, não seria a graduação o espaço para expandir o conhecimento e transitar entre diferentes campos da mesma área? Ao longo do curso de Letras e, conseqüentemente, desta pesquisa, fiz minha escolha: concentrei-me nos estudos linguísticos. Neste trabalho, contudo, procurei reunir essas duas vertentes, ao aplicar uma teoria linguística em textos literários, que registram a língua em um de seus usos mais complexos e fascinantes.

O meu segundo desejo, como mencionado anteriormente, era o de apresentar o latim como um objeto possível de ser estudado por uma abordagem linguística contemporânea. Essa vontade decorre de uma série de experiências que tive, ao longo do curso de Letras, com

a minha ênfase, o latim. Como aluno (e muitas vezes sem nenhum colega), cursei as disciplinas mais específicas do idioma, circunstância que me levou a repensar a forma de estudar a língua e a cultura latina. Como monitor das disciplinas básicas de latim, muitas vezes deparei-me com a falta de vontade e estímulo dos estudantes em relação ao idioma. E, por último, mas não menos relevante, como professor de latim do Núcleo de Ensino de Línguas em Extensão, na UFRGS, procurei, em minhas aulas, apresentar o idioma de modo mais próximo da vida dos estudantes, estabelecendo relações entre textos, línguas e culturas. Desde então e sempre que possível, procuro incluir esse idioma em minhas atividades acadêmicas e profissionais, repensando a função dos estudos clássicos e ampliando as possibilidades de conhecimento e aprendizagem relacionadas ao latim.

A terceira e última razão, que me levou a pensar nos textos que seriam utilizados neste trabalho, era a oportunidade de trabalhar com uma concepção enunciativa de textos da qual não me aproximei tanto ao longo da graduação. Era, portanto, um desafio, uma possibilidade de sair da zona de conforto, pensando sobre e na teoria enunciativa aplicada aos textos líricos, aprendendo mais sobre essa categoria de texto e sobre o funcionamento da língua. Esclarecidas as três razões que mais tarde me levaram a constituir esta pesquisa, posso afirmar que este trabalho diz muito a respeito de mim e da minha trajetória ao longo do curso de Letras.

Ainda é necessário, nesta introdução, fazer referência a um autor que foi fundamental para a minha constituição enquanto letrista. Foi no segundo semestre da graduação, cursando a disciplina de Visão Crítica da Gramática, que me deparei com um texto que transformou o modo como percebo meu idioma materno. Portanto, é imprescindível, neste momento, trazer as palavras daquele que foi o responsável pelo nascimento da linguística enquanto ciência. Ferdinand Saussure, durante a sua primeira conferência na Universidade de Genebra, em novembro de 1891, proferiu as seguintes palavras, as quais constam nos *Escritos de Linguística Geral* (ELG):

Não existem línguas filhas e línguas mães, não existem em parte alguma e nem jamais existiram. Há, em cada região do globo, um estado de língua que se transforma lentamente, de semana em semana, de mês em mês, de ano em ano e de século em século, como veremos a seguir, mas nunca houve, em parte alguma, parturição ou procriação de um idioma novo por um idioma anterior [...] não se tem conhecimento de uma língua que não fosse falada na véspera ou que não fosse falada da mesma forma na véspera (SAUSSURE, p. 134-135, 2004)

É a partir dessa contestação esplêndida que quero dar início a este trabalho. Partimos daqui, tendo consciência de que uma língua se transforma ao longo da história, modifica suas unidades e os aspectos de sua estrutura; contudo, de certa forma, continua sendo a mesma

língua. Isso porque algo se mantém em sua organização. É por continuar sendo a mesma língua que julgamos possível e necessário realizar o trabalho que aqui se propõe.

Foi também ao longo da disciplina de Visão Crítica que me deparei, pela primeira vez, com as ideias da teoria enunciativa de Émile Benveniste, linguista que, de certa forma, ampliou os ideais saussurianos. Através de seus textos, compreendi que, apesar de a língua estar em um *continuum*, cada uso dela é singular, único e inédito. Conforme fui conhecendo mais o autor, principalmente na disciplina de Estudo do Texto, já na metade da graduação, percebi a correlação presente entre as noções de que a evolução de idioma é imperceptível na sincronia e de que é o uso da língua, sempre singular a cada ato enunciativo, que permite que as pessoas tornem-se sujeitos na e pela linguagem (Cf. BENVENISTE, 1966/1995, p. 286). Essa subjetividade, sempre singular e essencial, fascinou-me desde o primeiro contato. Decidi, portanto, unir essas perspectivas que, de em minha leitura, complementam-se. E é tendo isso em mente que foram definidos os elementos essenciais deste trabalho: a abordagem teórica utilizada, os textos a serem analisados e a pergunta norteadora de nossa pesquisa.

Todo o percurso de pesquisa, por sua vez, só foi possível, esclarecido e aprimorado pela possibilidade da iniciação científica. Em 2018, como voluntário, vinculei-me ao grupo da professora Carmem Luci da Costa Silva, lugar em que fui muito bem acolhido. As conversas com os colegas de grupo, as reuniões de orientação e os momentos especiais, como o processo de preparação e a apresentação no Salão de Iniciação Científica da UFRGS, mostraram-se fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho e da minha visão enquanto jovem pesquisador. Só por meio dessa trajetória, chegamos à nossa questão de pesquisa: *como as marcas de pessoa e não pessoa, presentes em textos líricos de diferentes momentos sincrônicos e relacionados à diacronia latim-português, produzem sentido na leitura ao se considerar a instância de discurso de atualização de tais formas e a situação enunciativa de cada texto?*

Para responder à pergunta, o trabalho estrutura-se do seguinte modo: no capítulo 2, contextualizamos nosso objeto, a teoria eleita para analisar tal objeto e retomamos a questão da pesquisa; no capítulo 3, apresentamos as principais noções da reflexão sobre linguagem, a partir da perspectiva enunciativa de Émile Benveniste, para alicerçar teoricamente nosso estudo e formular os operadores teóricos da análise. É a partir dessas concepções que, no capítulo 4, serão expostos os fatos de linguagem selecionados e os procedimentos de análise utilizados. Só mais tarde, no capítulo 5, passaremos, enfim, ao processo de análise dos textos, que serão percebidos em sua singularidade e, também, na comparação diacrônica entre si. Em

um último momento, no capítulo 6, apresentaremos algumas considerações finais e possíveis apontamentos desta pesquisa para estudos posteriores.

Registro aqui um convite ao interlocutor para a leitura deste estudo. Espero que, de alguma forma, o tempo dedicado à apreensão das ideias aqui presentes seja um investimento e que a leitura deste trabalho seja tão enriquecedora como foi o processo de construí-lo.

2 QUAL OBJETO, QUAL TEORIA E QUAL QUESTÃO?

Refletir sobre o *corpus*, a teoria que fornece os instrumentos necessários para efetuar a análise dos textos e a questão a ser respondida ao longo do processo é imprescindível para fundamentar esta pesquisa. Há, nesses elementos, uma simbiose interessante: de certo modo, foi o constante contato com os textos que nos levou à construção e ao aprofundamento de uma abordagem teórica. Em contrapartida, foi o conhecimento e redescobrimto da teoria que nos levou a procurar por textos que contemplassem e explicitassem os conceitos a serem utilizados.

Diante dessa inquestionável codependência entre teoria e objeto, decidimos apresentar este capítulo, uma espécie de segunda introdução, que contextualiza os elementos utilizados em nosso estudo, materializando ainda mais o processo de pesquisa do trabalho. Nesta seção, apresentaremos quais textos foram escolhidos e porque razão todos estão aqui. Também aproveitaremos para introduzir os aspectos teóricos que motivam e tornam possível a realização do estudo enunciativo que aqui se propõe.

Com base na tese do linguista genebrino Ferdinand Saussure, argumentamos que o latim continuou vivo no português em diferentes momentos sincrônicos, estando presente em nosso idioma atual. Sendo assim, desde o início, não havia dúvidas de que, para a realização deste estudo, precisaríamos de um texto em latim. Se queríamos, contudo, expor o *continuum* do idioma na diacronia, era necessário, pois, ter também um texto em português. Apresentar apenas dois textos, produzidos com um intervalo de quase dois mil anos entre si, não nos pareceu, contudo, metodologicamente adequado.

Em vista disso, decidimos que seriam necessários apresentar três textos: um exemplar latino, um texto escrito no que conhecemos como a atual língua portuguesa e um escrito intermediário, que mostrasse movimentos de transição entre as duas fases do idioma. Dadas as circunstâncias, para o escrito intermediário, optamos por um texto escrito em galego-português, também conhecido como português medieval, o qual se situa entre as duas fases do idioma.

O mais difícil, nesse processo, tendo em vista que nossa inspiração era evidenciar que, apesar de transformado sincronicamente, o idioma ainda é o mesmo, de forma que a análise diacrônica revela a unidade da língua através do tempo, foi selecionar uma categoria de texto que se apresentasse ao longo de todas as fases do idioma. Nesse contexto, foi necessário delimitar um gênero textual a ser trabalhado.

Em uma pesquisa linguística que não tem como foco esta discussão, mencionar a noção de *gênero textual* é, no mínimo, audacioso, uma vez que esse é um conceito que permeia nossa área de estudo e varia conforme diferentes concepções. Autores como Aristóteles e Todorov dedicaram-se ao estudo dos gêneros textuais e discursivos. Para este trabalho, contudo, acolhemos a concepção de Bakhtin acerca dos gêneros discursivos.

Convém ressaltar e esclarecer que, neste trabalho, não nos propusemos a discutir aprofundadamente os complexos conceitos bakhtinianos. Isso se dá basicamente por duas razões principais: tempo e foco. Nesta pesquisa, não temos tempo nem espaço suficientes para nos demorar em discussões como essa. Além disso, discutir o valor e a definição plena de gênero não é o foco nem nos parece ser uma necessidade primordial neste momento.

Para apresentar brevemente essas noções, optamos pela reflexão bakhtiniana, porque, no fim das contas, parece-nos que as diferentes concepções acerca do tema encontram-se representadas, em maior ou menor grau, nas ideias desse autor. Em seus estudos, Mikhail Bakhtin concebe como gêneros do discurso, o que muitos estudiosos brasileiros sobre o tema consideram "gêneros textuais", conforme Marcuschi (2008). Em importante trabalho, Marcuschi (2008) menciona essa variante terminológica nos estudos sobre gênero e assume uma postura perante ela, é essa visão que adotamos nesta pesquisa:

Não vamos discutir aqui se é mais pertinente a expressão “gênero textual” ou a expressão “gênero discursivo” ou “gênero do discurso”. Vamos adotar a posição de que todas essas expressões podem ser usadas intercambialmente, salvo naqueles momentos em que se pretende, de modo explícito e claro, identificar algum fenômeno específico. (MARCUSCHI, 2008, p. 154).

Noutro momento, o mesmo autor afirma que:

A tendência é ver o texto no plano das formas linguísticas e de sua organização, ao passo que o discurso seria o plano do funcionamento enunciativo, o plano da enunciação e efeitos de sentido na sua circulação sociointerativa e discursiva envolvendo outros aspectos. (ibid., p. 58)

Portanto, adotamos essa postura no decorrer deste trabalho. E informamos isso antes que a situação ainda se torne mais complexa, uma vez que ancoramos o estudo nas noções de discurso e de enunciação da teoria da linguagem benvenistiana e, portanto, tomamos o cuidado de não misturar tais noções àquelas relacionadas à teoria bakhtiniana, da qual estamos considerando somente a reflexão sobre gêneros do discurso em seu deslocamento para o termo “gênero textual” (MARCUSCHI, 2008). Nesse sentido, embora adotemos o termo "gênero textual" (MARCUSCHI, 2008), seguimos a concepção de gênero de Bakhtin, conforme passagem a seguir:

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana.

Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional.[...] Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora *seus tipos relativamente estáveis de enunciados*, os quais denominamos *gêneros do discurso*. (BAKHTIN, 2003, p. 261 – 262, grifos do autor)

Essa noção de condições específicas ligadas à finalidade do texto, somada a consciência de que cada enunciado é particular e único, fundamenta e condiz com a concepção de linguagem utilizada neste estudo. Podemos concluir que esses textos tornam-se enunciados quando apresentados em seu uso real, dadas as circunstâncias específicas de pessoa, espaço e tempo nas quais estão inseridos e que mais adiante veremos.

Assim como não temos consciência da transformação da língua realizada a cada dia, também não temos controle acerca da criação dos gêneros. Bakhtin ainda argumenta o seguinte:

Os gêneros dos discursos, comparados às formas da língua, são bem mais mutáveis, flexíveis e plásticos; entretanto, para o indivíduo falante eles têm significado normativo, não são criados por ele mas dados a ele. Por isso um enunciado singular, a despeito de toda a sua individualidade e do caráter criativo, de forma alguma pode ser considerado uma combinação absolutamente livre de formas da língua. (ibid., p. 285)

Sendo assim, a língua como um todo, seja em seus níveis de análise ou em seu uso por meio dos gêneros, é dada ao falante que, inconscientemente, está adquirindo elementos que são resultados de séculos e séculos de interações comunicativas. Com o tempo, novos contextos, situações e espaços comunicativos e de interação transformam, aos poucos, a língua em sua organização e no seu uso. Surgem, assim, novas formas, novos modos de dizer e novos gêneros textuais. Conseqüentemente, a língua vai modificando-se.

Toda essa discussão serve para que possamos compreender que, ao longo de dois mil anos de história, dificilmente teremos gêneros textuais idênticos, uma vez que os espaços comunicativos são distintos, as necessidades de interação são outras e variadas. Nossa missão, nesse sentido, era encontrar um gênero que se mantivesse ao longo da trajetória do idioma.

Para tanto, é importante também esclarecer que, conforme Bakhtin, há duas categorias de gêneros: os primários e os secundários. Os primeiros são mais ligados à vida cotidiana, relacionados a contextos mais imediatos e pertencentes a manifestações mais espontâneas de linguagem verbal. Os gêneros secundários estão relacionados a uma esfera de comunicação mais elaborada culturalmente, tais como as esferas religiosa, artística, jurídica etc.

Essas definições não almejam classificar os textos, colocando-os em categorias determinadas e intransponíveis, mas nos ajudam a compreender que a significação das

produções linguísticas está completamente relacionada às condições enunciativas e comunicativas nas quais elas se inserem, refletindo um pedaço de mundo no qual surgiram. A partir disso, optamos por trabalhar com textos que, ao mesmo tempo, apresentassem relações entre si e refletissem o momento em que foram produzidos. Decidimos, assim, por trabalhar com textos líricos.

O Dicionário Houaiss define lírico como uma “característica de gênero poético ou musical que privilegia a subjetividade” (HOUAISS, 2011, p. 590). Os textos tidos como líricos manifestam-se e manifestaram-se ao longo de toda a história do idioma, sendo essa a razão pela qual os três exemplares aqui presentes pertencem a essa categoria e apresentam essa característica. Sobre esse tipo de texto, convém trazer as palavras de Rosenfeld (1965):

Pertencerá à Lírica todo poema de extensão menor, na medida em que nele não se cristalizarem personagens nítidos e em que, ao contrário, uma voz central - quase sempre um “Eu” - nele exprimir seu próprio estado de alma. (ROSENFELD, 1965, p. 5)

A partir das definições apresentadas, podemos afirmar que os textos líricos estão profundamente relacionados com as tendências artísticas de cada sociedade na qual se inserem, refletindo muito sobre as condições reais e as situações enunciativas nas quais são produzidos. Por essa razão, também precisamos considerar que essa relação estabelecida com essas condições reais possibilita a existência de enormes variações dentro da mesma categoria de texto.

Sobre a forma e a definição do texto lírico, mais especificamente da poesia, valemos, também, das palavras de Ernani Terra:

O fato de um poema ser escrito em verso exerce uma função semiótica importante; pois o leitor, ao abrir o livro, pela própria disposição gráfica do texto na mancha tipográfica do papel, ou pela sua disposição na tela de um computador, identifica de pronto um texto como sendo uma poesia. [...] A poesia é uma forma de enunciação denominada lírica. Ao contrário dos gêneros em prosa (romance, novela, conto), na poesia lírica não há a presença de um narrador, mas de um eu individualizado que fala no poema, chamado propriamente de eu lírico. (TERRA, 2014, p. 101 - 102)

É precisamente esse *eu*, mencionado por Terra e Rosenfeld como característica fundamental e constitutiva da poesia, que nos interessa neste trabalho. É para pensar nesse elemento constitutivo que nos valem da teoria benvenistiana. Em uma asserção célebre, Benveniste afirma que é “na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (BENVENISTE, 1966/1995, p. 286), definindo subjetividade como constitutiva do ato enunciativo. Nesse processo de passagem de locutor a sujeito, ou seja, nesse processo de constituição da subjetividade, alguns elementos linguísticos desempenham um importante papel: os índices de pessoa.

Ao longo de sua obra, Benveniste apresenta, dentre inúmeras constatações, reflexões sobre a questão das marcas de pessoa na língua. Segundo o autor, a noção de pessoa “é própria de *eu/tu*, e falta em *ele*” (ibid., p. 278). No entanto, as marcas de não pessoa (conhecidas pela Tradição como “terceira pessoa”), para Benveniste, adquirem valor subjetivo por fazerem parte do discurso de “eu”, como atestamos na interessante passagem presente em “Da subjetividade na linguagem”: “A forma *ele*... tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por “eu”.” (ibid., p. 292 [grifos do autor]). A partir disso, o linguista discorre sobre a noção de subjetividade demarcada no ato enunciativo.

Para introduzir as bases teóricas da teoria enunciativa benvenistiana que constroem nossa questão de pesquisa, convém apresentar, brevemente, algumas considerações realizadas pelo linguista. Ao longo de sua obra, Benveniste afirma que “cada *eu* tem a sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único e proposto como tal” (ibid., p. 278). Caso diferente acontece com os ditos de “terceira pessoa”, que Benveniste defende como não pessoa, afirmando que estes não são passíveis de inversibilidade na comunicação intersubjetiva e não são únicos, já que não remetem a eles mesmos, mas à situação objetiva.

Sendo assim, enquanto as marcas pronominais de pessoa não remetem a uma realidade objetiva e/ou concreta no espaço e tempo, mas a uma instância que existe somente no ato discursivo, que é inédito a cada uso, o pronome de não pessoa “representa de fato o membro não marcado da correlação de pessoa” e tem a “função de uma representação sintática” (ibid., p. 282) na cadeia do discurso. Desse modo, levando em consideração os textos selecionados e a abordagem teórica, em linhas gerais, este estudo almeja responder à seguinte questão: *como as marcas de pessoa e não-pessoa, presentes em textos líricos de diferentes momentos sincrônicos e relacionados à diacronia latim-português, produzem sentido na leitura ao se considerar a instância de discurso de atualização de tais formas e a situação enunciativa de cada texto?*

Com o intuito de responder a essa questão, será fundamental pensar não só na teoria enunciativa benvenistiana, como também seus desdobramentos em estudos subsequentes. Para tanto, faremos uso de diferentes trabalhos e referências. A noção de texto trabalhada em uma perspectiva enunciativa será abordada com base no trabalho de Knack (2012). A concepção de leitura na teoria de Benveniste será apresentada conforme consta no estudo de Naujorks (2011). Como um dos fatos de linguagem a ser analisado envolve um texto lírico do latim traduzido, abordaremos a problemática da tradução pelo viés benvenistiano com respaldo no trabalho de Rosário (2012) para elucidarmos a natureza desse objeto de análise.

No entanto, ressaltamos que a tradução será apenas tratada com vista à elucidação da natureza de um fato de linguagem específico, não sendo objeto de aprofundamento teórico nesta pesquisa. Após a contextualização de nosso construto teórico a ser delineado no capítulo terceiro, definiremos os objetos de análise.

Neste estudo, em um primeiro momento, será analisada uma elegia do poeta latino Catulo (séc. I a.C.). Conhecido como *Carmen LI*, o texto apresenta uma espécie de diálogo entre o *eu lírico* e um Catulo personificado. A lírica latina e a obra desse poeta são definidas e contextualizadas por meio do trabalho de Cardoso (2013); já o texto original em latim e a tradução em língua portuguesa provêm da obra de Vasconcellos (1991). Vale ressaltar, novamente, que a tradução de Vasconcellos também se configura como objeto de análise, tendo em vista que é por meio dela que a maior parte dos leitores entram em contato com “as palavras de Catulo”.

O segundo texto selecionado, produzido mais de dez séculos depois do primeiro, é uma cantiga medieval de Joan Garcia de Guilhade, a qual apresenta a língua em um profundo momento de transição entre o que conhecemos como latim e o que consideramos como a atual língua portuguesa. Esse texto apresenta um *eu lírico* feminino bem definido e uma relação intersubjetiva com um leitor idealizado bastante marcada. A lírica trovadoresca, por sua vez, será brevemente contextualizada por meio do trabalho de Moisés (1966).

O terceiro e último texto selecionado trata-se de um poema escrito por Carlos Drummond de Andrade. O texto, intitulado “Poema de sete faces”, também apresenta uma interessante relação intersubjetiva com o leitor ao fazer uso de diferentes recursos linguísticos para definir um *eu lírico*. A obra de Drummond será contextualizada por meio do auxílio de Bosi (1994) e Gonzaga (2004).

Assim sendo, com esses três textos, almeja-se traçar um breve panorama da história de nosso idioma, evidenciando que, apesar das inúmeras transformações e mudanças, certos recursos e características de uma língua (como os efeitos desencadeados pelo uso das marcas de pessoa e não pessoa) se apresentam e reapresentam-se de modos distintos em diferentes momentos ao longo história. Os efeitos de sentidos dessas marcas serão analisados à luz da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste (1966/1995; 1974/1989), considerando a nossa leitura enquanto analistas. A abordagem teórica almeja demonstrar de que forma o uso de pronomes colabora para a construção do *eu lírico*.

Observando as literaturas latina, medieval e moderna à luz da teoria linguística enunciativa, este trabalho espera ser útil tanto para os estudos enunciativos benvenistianos, ao apresentar as literaturas citadas como objetos possíveis de serem estudados por essa

corrente, quanto para os estudos clássicos, ao lhes fornecer um novo e necessário fôlego. A seguir, serão apresentados, mais detalhadamente, os princípios teóricos que norteiam nosso trabalho.

3 A PERSPECTIVA ENUNCIATIVA DE ÉMILE BENVENISTE NA TEORIZAÇÃO SOBRE LINGUAGEM

Discorrer sobre a teoria benvenistiana é imprescindível para a realização desta pesquisa. Nascido na Síria e, posteriormente, naturalizado francês, Émile Benveniste apresenta uma vasta produção bibliográfica, a qual constitui as suas reflexões sobre linguagem e língua. Conhecedor das línguas clássicas, do indo-europeu e dos ideais saussurianos, o linguista, de certa forma, dá continuidade e amplia o trabalho de Ferdinand Saussure, expandindo os horizontes da linguística.

Evidentemente, a Teoria da Enunciação que aqui adotamos não foi concebida por Émile Benveniste de uma só vez, mas constituída *a posteriori* por seus leitores. Assim, muitos termos e noções que compõem a chamada Teoria da Enunciação de Benveniste estão em vários textos do linguista, que Flores (2013) agrupa em três momentos: 1) o momento pessoa e não pessoa; 2) o momento semiótico e semântico e 3) momento do aparelho formal da enunciação. Conforme Flores (2013), esses momentos não podem ser vistos como fases da teoria ou em uma relação hierárquica entre si, mas cumprem uma função didática de explicitação da teoria enunciativa. Em nosso estudo, vamos nos centrar no primeiro momento, considerado como imbricado ao terceiro. Além disso, para pensarmos língua, enunciação e discurso, torna-se fundamental também o segundo momento, que será abordado neste trabalho com menor aprofundamento.

A fim de ter acesso às palavras de Benveniste e tomar conhecimento de sua teoria, é preciso tomar como base as duas principais obras do estudioso: *Problemas de Linguística Geral I* (1966), publicada no Brasil em 1995, e *Problemas de Linguística Geral II* (1974), publicada por aqui em 1989. Esses livros, que reúnem uma série de artigos publicados pelo autor em diferentes momentos de sua vida e da construção de seu pensamento teórico, apresentam diferentes enfoques e reflexões não só sobre língua, mas também a respeito da sociedade e da presença humana na linguagem, fatos que levam estudiosos de sua obra conceberem a sua abordagem como uma Antropologia da linguagem (DESSONS, 2006) ou como uma Antropologia da enunciação (FLORES, 2013).

Não raras vezes, a vasta produção de Benveniste torna complexo o estudo de suas ideias, por apresentar o que se considera uma oscilação terminológica. Segundo Flores (2013):

É fácil encontrar, nessa teoria, termos que, apesar de idênticos do ponto de vista da expressão, são completamente distintos quanto ao seu significado. [...] Essa

flutuação terminológica é mais um indicador a atestar que a reflexão de Benveniste não é um modelo teórico acabado. (FLORES, 2013, p. 34)

Nesse sentido, há que se tomar alguns cuidados fundamentais quando se aborda a teoria enunciativa de Benveniste. Dentre eles, julgamos que um em especial seja mais importante: o estabelecimento de um recorte. Em vista dessa circunstância, para a apresentação da teoria benvenistiana, selecionamos oito textos que nos parecem fundamentais para a realização de nosso trabalho, pela relação com a temática e com *corpus* de análise selecionado.

Da obra *Problemas de Linguística Geral I*, selecionamos cinco textos: “Estrutura das relações de pessoa no verbo”, “A Natureza dos pronomes” e “Da subjetividade na linguagem”, os quais estão presentes na quinta parte do livro, que aborda temas relacionados à presença do homem na língua; além de “Os níveis de análise linguística”, que se situa na segunda parte da obra, que se dedica a temáticas relacionadas a estruturas e análises. Para alicerçarmos o nosso trabalho na concepção de linguagem de Benveniste, valemo-nos, também, do texto “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística”, presente na primeira parte do PLG I. É a partir desses textos que apresentamos noções nucleares para a teoria benvenistiana e, conseqüentemente, para a constituição de nosso trabalho. São as concepções de linguagem, língua, enunciação e discurso presentes na obra de Benveniste que nos ajudarão a versar sobre as marcas de pessoa e não pessoa no discurso, refletindo sobre as relações intersubjetivas constituidoras de referência.

Da obra *Problemas de Linguística Geral II*, selecionamos os seguintes textos: “Estruturalismo e linguística”, que está na primeira parte da obra, a qual aborda a questão das transformações da linguística; “O aparelho formal da enunciação”, presente na segunda parte do livro, que aborda a questão da comunicação; “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”, que consta na terceira parte do livro, a qual trata sobre questões de estrutura e análises; e “A forma e o sentido na linguagem”, presente na quinta parte, que aborda a noção do homem na língua. A partir desses textos, construiremos noções e debateremos de que forma a enunciação constitui-se e como a língua em seu emprego estabelece essa relação com a sociedade no qual se insere.

Para além dos textos escritos pelo autor, nesta pesquisa faz-se fundamental as noções apresentadas por Flores (2013) na obra *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. Contamos com esse auxílio para apresentar alguns conceitos e reflexões relevantes acerca do pensamento benvenistiano, buscando sempre maior esclarecimento, compreensão e adequação da teoria.

É preciso acrescentar, contudo, que uma teoria mostra sua relevância quando, além de explicar os fenômenos que estuda, é utilizada e acolhida por diferentes pesquisadores. Nesse sentido, acreditamos que nossa compreensão acerca do pensamento benvenistiano amplia-se quando nos deparamos com estudos e leituras que utilizam essa teoria em diferentes fenômenos. Por isso, nesta pesquisa, faremos uso de três trabalhos que deslocam a teoria benvenistiana, direcionando o construto teórico para as noções de *texto*, visto nosso objeto de análise constituir-se de textos líricos; de *leitura*, visto considerarmos que a análise comporta os sentidos advindos da exploração da organização das formas pela leitura do analista, e de *tradução*, visto um de nossos fatos de análise envolver o fenômeno tradutório. Para tanto, utilizaremos, respectivamente, os trabalhos de Knack (2012), Naujorks (2011) e Rosário (2012).

A seguir, desenvolvemos mais aprofundadamente nossa concepção teórica. Através de subcapítulos, apresentaremos noções relevantes da teoria benvenistiana para compreender como as marcas de pessoa e não pessoa, presentes em textos líricos de diferentes momentos sincrônicos e relacionados à diacronia latim-português, produzem sentido na leitura ao se considerar a instância de discurso de atualização de tais formas e a situação enunciativa de cada texto.

3.1 Enunciação: a passagem da língua ao discurso e a emergência das formas de pessoa e não pessoa

Dentre os mais variados conceitos apresentados por Benveniste ao longo de sua obra, alguns se fazem mais relevantes para a construção dessa pesquisa. Um deles, a ideia de enunciação, torna-se fundamental. No entanto, essa noção precisa ser tomada em relação às noções de linguagem e língua desenvolvidas pelo linguista. Por isso, na seção 3.1.1, trataremos da noção de linguagem e língua a partir dos textos “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística”, “Da subjetividade na linguagem”, “Os níveis da análise linguística”, “Estruturalismo e linguística” e “A forma e o sentido na linguagem”. Para tratarmos das noções de pessoa e não pessoa, na seção 3.1.2, consideraremos o seguinte *corpus* teórico: “Estrutura das relações de pessoa no verbo”, “A Natureza dos pronomes” e “Da subjetividade na linguagem”. Para ancorarmos as noções de referência e intersubjetividade às formas de pessoa e não pessoa, retomaremos algumas noções apresentadas e trataremos principalmente do texto “O aparelho formal da enunciação”, na seção 3.1.3. Convém salientar, novamente, a importância e a relevância do trabalho de Flores

(2013) para a determinação de alguns conceitos e maior entendimento da particularidade da teoria de Émile Benveniste. Por isso, este autor estará presente na reflexão para nos ajudar a amarrar termos e noções.

3.1.1 Linguagem e língua

Benveniste parte de Saussure. Na verdade, que linguista não o faz? O fato é que, mesmo sendo um ponto de partida, o pensamento saussuriano não é, para Émile, um ponto de chegada. Segundo Flores (2013, p. 50): “Benveniste toma Saussure como ponto de partida, mas não se encerra nele. Benveniste mantém, altera e mesmo nega Saussure para construir sua visão da linguagem”. Ao mesmo tempo em que o linguista amplia e dá seguimento às noções de Saussure, sua obra abre espaço para discussões, debates e novos desdobramentos teóricos e metodológicos, porque abarca os dois modos de ser língua: uma língua-sistema e uma língua-discurso. Nos dois modos, há problemas que são desdobrados por Benveniste. Nesse contexto, noções de linguagem e língua constituem-se como fundamentais para uma teoria linguística.

Não pretendemos aqui esmiuçar os fundamentos apresentados por Benveniste, até porque, como vimos, há, dentro da obra do autor, uma oscilação terminológica que atinge diferentes nomenclaturas. Deteremo-nos, portanto, àquilo que nos parece ser uma constante nos textos que constituem nosso *corpus* teórico.

Ao citar um texto de Benveniste que não faz parte do *corpus* selecionado para este trabalho, Flores apresenta uma importante definição de linguística, apresentando a natureza dupla de seu objeto, sendo, ao mesmo tempo, “ciência da linguagem e ciência das línguas” (ibid., p. 69). De acordo com Benveniste (1966/1995, p. 69): “a linguagem, faculdade humana, característica universal e imutável do homem, não é a mesma coisa que as línguas, sempre particulares e variáveis, nas quais se realiza.” Dito de outro modo: as línguas, diversas e variadas, manifestam, realizam e colocam em questão a noção da linguagem. É por meio do estudo das línguas que se pode chegar ao estudo da linguagem.

A ideia de que as línguas significam repousa sobre o fundamento simbólico da linguagem, base da função conceptual do homem. Para Benveniste (ibid., p. 29), "a faculdade de representação simbólica [...] é fonte comum do pensamento, da linguagem e da sociedade". Nesse caso, as relações entre homens e entre o homem e o mundo são mediadas pela linguagem com seu aparato simbólico. Por isso, o linguista defende, em "Da subjetividade na linguagem", a relação constitutiva homem-linguagem, visto o homem se definir pela

linguagem e a linguagem se definir no homem. O simbolismo da linguagem manifesta-se na propriedade de significação da língua, presente na natureza articulada das unidades no sistema, seja no funcionamento referencial e intersubjetivo do discurso.

Nessa linha é que problematiza a visão instrumental de linguagem, que a coloca como fora do homem e como um objeto material. Na brilhante reflexão a seguir, Benveniste argumenta sobre a sua ideia de linguagem:

Todos os caracteres da linguagem, a sua natureza imaterial, o seu funcionamento simbólico, a sua organização articulada, o fato de que tem um *conteúdo*, já são suficientes para tornar suspeita essa assimilação a um instrumento, que tende a dissociar do homem a propriedade da linguagem. Seguramente, na prática cotidiana, o vaivém da palavra sugere uma troca, portanto uma “coisa” que trocaríamos, e parece, pois, assumir uma função instrumental ou veicular que estamos prontos a hipostasiar num “objeto”. Ainda uma vez, porém, esse papel volta à palavra. (BENVENISTE, 1966/1995, p. 285, grifos do autor).

De fato, em “Da subjetividade na linguagem”, Benveniste questiona alguns lugares-comuns referentes à ideia de linguagem. Segundo o autor, “a comparação da linguagem com um instrumento [...] deve encher-nos de desconfiança, como toda noção simplista a respeito da linguagem” (ibid., p. 285). Daí já é possível perceber o quão complexa é a questão.

É nesse texto que se apresenta, também, um dos fundamentos da reflexão benvenistiana sobre linguagem. Quando questiona e alerta sobre o perigo de compreender a linguagem como um instrumento, Benveniste é didático, categórico e filosófico:

Falar de instrumento é pôr em oposição o homem e a natureza. A picareta, a flecha, a roda não estão na natureza. São fabricações. A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou. Inclino-nos sempre para a imaginação ingênua de um período original, em que um homem completo descobriria um semelhante igualmente completo e, entre eles, pouco a pouco, se elaboraria a linguagem. Isso é pura ficção. Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. [...] a linguagem ensina a própria definição do homem. (ibid., p. 285)

A linguagem, então, faz parte da natureza humana e é fundamental para a própria noção que temos acerca da nossa própria existência. De certo modo, compreendemos que essa natureza da linguagem está profundamente ligada com os pressupostos saussurianos apresentados no início desse trabalho, a ideia de que não percebemos o momento em que uma língua dá origem à outra. Para nós, é justamente o fato de a linguagem estar na natureza humana que permite uma eterna continuidade e manutenção da condição humana de significarmos por meio de uma língua.

Benveniste menciona que todos os caracteres fundamentais da linguagem são suficientes para “tornar suspeita essa assimilação a um instrumento” (ibid., p. 285). Dentre esses caracteres, como pontuamos, temos a imaterialidade da linguagem, sua organização

articulada e o seu funcionamento simbólico. É mais estritamente sobre este último aspecto mencionado que nos debruçamos agora.

No texto “Estruturalismo e linguística”, que abre a obra *Problemas de Linguística Geral II* e apresenta uma entrevista dada por Émile Benveniste a Pierre Dax, há interessantíssimas considerações sobre o pensamento enunciativo desenvolvido pelo linguista. Benveniste, nessa entrevista, relaciona linguagem e cultura ao afirmar que a “apropriação da linguagem pelo homem é a apropriação da linguagem pelo conjunto de dados que se considera que ela traduz [...]” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 21). Mais adiante, nesse mesmo texto, o linguista retoma uma antiga asserção sua ao reafirmar que “o homem não nasce na natureza, mas na cultura [...]” (ibid., p.23). Mas o que podemos depreender de fato dessa relação entre linguagem e cultura?

Ora, se um dos caracteres da linguagem é o seu funcionamento simbólico e se, de acordo com Benveniste, “todo mecanismo da cultura é um mecanismo de caráter simbólico” (ibid., p 25), podemos inferir que a linguagem exerce uma função cultural. Sendo assim, mais do que parte da natureza humana, a linguagem torna possível a existência humana em sociedade, carregando em si mais do que um mero instrumento comunicativo, mas se configurando como portadora de valores históricos e sociais. Esses valores, por suas vezes, imbricados na língua como manifestação da linguagem, possibilitam que seja “na linguagem e pela linguagem que o homem se constitu[a] como sujeito” (BENVENISTE, 1966/1995, p. 286), herdando não só um modo de comunicação, mas um sistema simbólico que carrega em si mesmo a constituição cultural e histórica de determinada sociedade.

Ao longo desse processo, a língua desempenha uma função fundamental ao manifestar a linguagem e seus caracteres. É a essa noção benvenistiana, a de língua, que nos dedicamos a partir de agora.

Em “A forma e o sentido na linguagem”, texto que apresenta uma conferência dada por Benveniste em um congresso de filosofia, o linguista detém-se à noção de língua. O autor assevera que, “antes de qualquer coisa, a linguagem significa” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 222) e apresenta o pressuposto saussuriano de que “a língua é um sistema de signos” (ibid., p. 224). O linguista evidencia, contudo, o desejo de “ir além do ponto a que Saussure chegou na análise da língua como sistema significante” (ibid., p. 224).

É a partir desse esforço para “ir além” que Benveniste apresenta duas noções fundamentais para a sua concepção de língua: os conceitos de *semiótico* e *semântico*. Essas noções estão atreladas à discussão sobre forma e sentido, já tratadas em “Os níveis da análise linguística”, quando o linguista defende a língua como distribuída em níveis organizados em

formas que se integram em outras formas de nível superior para produzirem sentidos. Do fonema à frase, mudamos do domínio do sistema para o domínio do discurso, questão mais discutida em "A forma e o sentido na linguagem".

Conforme Benveniste (ibid., p. 229), a língua-sistema e a língua-discurso envolvem os dois modos de ser língua, respectivamente, semiótico e semântico, ambos organizados em forma e sentido. Diante dessa concepção, o linguista afirma que a frase e o signo são mundos distintos e que exigem descrições distintas. Abaixo, transcrevemos o trecho da obra de Benveniste que, para Flores (2013), funciona como sintetizador da definição dos termos:

Do semiótico e do semântico há uma mudança radical de perspectiva [...]. A semiótica se caracteriza como uma propriedade da língua; a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação. O signo semiótico existe em si, funda a realidade da língua, mas ele não encontra aplicações particulares; a frase, expressão do semântico, não é *senão* particular. Com o signo tem-se a realidade intrínseca da língua; com a frase liga-se às coisas fora da língua; e enquanto o signo tem por parte integrante o significado, que lhe é inerente, o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor. (BENVENISTE, 1974/1989, p. 229-230, grifos do autor)

Segundo Flores (2013, p. 145), “a diferença não poderia ser mais claramente explicitada do que na passagem acima. De um lado, a língua como semiótico; de outro, a língua como semântico”. Esse entendimento, aprofundado em “A forma e o sentido na linguagem”, reaparece, posteriormente, na entrevista dada a Pierre Dax.

Nessa ocasião, Benveniste afirma que há dois domínios de sentido no interior da língua, distinguindo semiótico de semântico. Segundo o linguista, “o signo saussuriano é na verdade a unidade semiótica, quer dizer, a unidade dotada de sentido. [...] A semântica é o ‘sentido’ resultante do encadeamento pela circunstância e da adaptação dos diferentes signos entre eles” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 21).

Para entender melhor como isso funciona, convém recorrer a algumas das considerações apresentadas por Benveniste em “Os níveis de análise linguística”, texto que se encontra na terceira parte da obra *Problemas de Linguística Geral I*. Nesse escrito, o linguista afirma que a noção de nível é fundamental para a determinação de um procedimento de análise da língua. Para apresentar suas considerações acerca dos níveis, Benveniste entende a língua como “sistema orgânico de signos linguísticos” (BENVENISTE, 1966/1995, p. 127), ou seja, considera o domínio semiótico da língua.

A partir dessa concepção, Benveniste afirma que o aspecto formal da língua pode ser organizado em níveis, de forma que “o sentido é de fato a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter status linguístico” (ibid., p. 130).

Esses níveis, dotados de sentido, estão relacionados entre si. Há sempre uma unidade que se configura como constituinte de uma unidade mais alta.

Benveniste menciona de início que o fonema, que pode ser “dividido” formalmente, tem traços distintivos ao mesmo tempo em que, em um nível maior, integra e origina os morfemas. Esses morfemas, que formam o signo, dão origem à palavra, que pode ser autônoma, possuindo significado quando isolada, ou sin-noma, apresentando sentido quando aplicada ao nível superior, o da frase. O linguista sintetiza:

O limite superior é traçado pela frase, que comporta constituintes mas que, como adiante se mostra, não pode integrar nenhuma unidade mais alta. O limite inferior é o “merisma” que, traço distintivo do fonema, não comporta ele próprio nenhum constituinte de natureza linguística. A frase só se define, portanto, pelos seus constituintes; o merisma só se define como integrante. Entre esses dois, destaca-se claramente um nível intermediário, o dos signos, autônomos ou sin-nomos, palavras ou morfemas, que ao mesmo tempo contêm constituintes e funcionam como integrantes. Tal é a natureza dessas relações. (ibid., p. 134)

Esses níveis evidenciam o aspecto formal da língua. Nesse texto, Benveniste afirma que a forma de uma unidade linguística “define-se como sua capacidade de dissociar-se em constituintes de nível inferior” (ibid., p. 135). O sentido, por sua vez, “define-se como a sua capacidade de integrar uma unidade de nível superior” (ibid., p. 136). Sendo assim, é relevante que nos voltemos para o conceito de frase apresentado pelo teórico. Segundo Benveniste, a frase é “a própria vida da linguagem em ação. Concluimos que se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso” (ibid., p. 139).

A frase é, portanto, a “unidade do discurso”, uma “unidade completa, que traz ao mesmo tempo sentido e referência: sentido porque é enformada de significação, e referência porque se refere a uma determinada situação” (ibid., p. 139-140). Essa passagem de língua a discurso é fundamental para nós. Esse movimento só é possível por meio da enunciação, que coloca a língua em uso. Para Benveniste, “é no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura. Aí começa a linguagem” (ibid., p. 140).

Temos, portanto, estabelecidos até aqui alguns conceitos fundamentais da teoria benvenistiana. Vejamos.

Já entendemos que a linguagem faz parte da natureza humana, de modo que não podemos interpretá-la como um instrumento. Benveniste ainda nos alerta que a linguagem está organizada de tal forma que funciona como um sistema simbólico, o qual carrega em si imprescindível valor cultural, histórico e social, permitindo que homem configure-se como sujeito pelo uso da língua, atualizada em enunciação.

A língua, por sua vez e para Benveniste, pode ser pensada como constituída por um aspecto semiótico e outro semântico. O primeiro está mais ligado ao signo, enquanto o segundo refere-se à palavra em uso pelo locutor, presente na frase. Mesmo que componham a unidade da língua, esses sistemas precisam ser pensados individualmente. Essa língua ainda pode ser pensada por meio de níveis de análise que revelam o aspecto formal da língua e encontram seu limite no domínio da frase, o último nível de análise. A frase precisa ser entendida como a instância que marca a passagem da língua a discurso, de forma que funciona como unidade do discurso uma vez que demarca a língua em uso.

Mais adiante, quando tratarmos sobre as noções de intersubjetividade e referência, os conceitos aqui apresentados se farão presentes novamente, desempenhando papel fundamental na compreensão da teoria enunciativa benvenistiana. Por ora e a seguir, deteremo-nos às noções de pessoa e não pessoa, conceitos fundamentais dessa teoria

3.1.2 As relações de pessoa e não pessoa no discurso

As relações de pessoa e não pessoa no discurso são, para nossa pesquisa, uma das mais importantes noções benvenistianas. Na obra *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*, Flores (2013) apresenta essa distinção entre pessoa e não pessoa como o primeiro momento da discussão teórica acerca do autor. É sobre esse elemento, característico da obra de Benveniste, que discorreremos agora.

A reflexão de Benveniste acerca desse tema aparece em inúmeros de seus textos ao longo de sua trajetória/concepção teórica. Mas aqui, tendo em vista o nosso recorte, baseamos nossas informações e nossa construção teórica em três textos fundamentais: “Estrutura das relações de pessoa no verbo”, “A natureza dos pronomes” e “Da subjetividade na linguagem”. É partir desses escritos, agrupados aqui conforme a ordem de publicação, que os temas serão apresentados e discutidos. Almejamos, assim, representar, em maior ou menor grau, a construção e evolução da reflexão de Benveniste no que diz respeito a essa temática.

É no texto “Estrutura das relações de pessoa no verbo” que o tema e os conceitos aparecem pela primeira vez. Segundo Flores (2013, p. 88), “o par pessoa/não pessoa é famoso na linguística, em geral, e na enunciação, especialmente. Benveniste é notoriamente reconhecido como o autor que a elaborou”. Nesse texto, em que apresenta essa noção pela primeira vez, Benveniste já inicia afirmando que o “verbo é, com o pronome, a única espécie de palavra submetida à categoria de pessoa” (BENVENISTE, 1966/1995, p. 247) Embora, nesse texto, a reflexão benvenistiana concentre-se na noção da estrutura verbal, podemos

estender para as funções pronominais aquilo que o linguista projeta e teoriza, conforme pontuamos anteriormente.

Benveniste (ibid., p. 248) continua, afirmando que “há sempre três pessoas e não há senão três”. O linguista, contudo, afirma que a simples noção de “eu”, “tu” e “ele” não nos informa acerca da necessidade da categoria de pessoa nem tampouco explica a complexidade das relações envolvidas nesse processo. Benveniste determina que é preciso “procurar saber como cada pessoa se opõe ao conjunto das outras e sobre que princípio se funda a sua oposição, uma vez que não podemos atingi-las a não ser pelo que as diferencia” (ibid., p. 248).

Temos aqui o que nos parece um fundamento da linguística contemporânea: a definição de um elemento pela relação de distinção em relação aos outros. Essa noção, que muito nos remete à ideia de valor desenvolvida por Saussure, evidencia ainda mais a relação entre a teoria benvenistiana e as teses do linguista genebrino.

Partindo da gramática árabe, Benveniste demonstra que há uma disparidade entre a chamada terceira pessoa e as duas primeiras. Nas palavras do autor:

Nas duas primeiras pessoas, há ao mesmo tempo uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa. Eu designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o “eu”: dizendo eu, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, “tu” é necessariamente designado por eu e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do “eu”; e, ao mesmo tempo, eu enuncia algo como um predicado de “tu”. Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do “eu-tu”; essa forma é assim exceptuada da relação pela qual “eu” e “tu” se especificam. Daí, ser questionável a legitimidade dessa forma como “pessoa”. (ibid., p. 250)

A partir dessa concepção, Benveniste define a terceira pessoa como uma não pessoa, uma vez que pode se referir a uma infinidade de sujeitos. “Eu” e “tu”, por sua vez, são sempre únicos, designando, respectivamente, aquele que enuncia e aquela a quem eu se dirige.

Em “A Natureza dos pronomes”, Benveniste apresenta, dentre inúmeras constatações, reflexões sobre a questão das marcas de pessoa na língua aplicadas agora às formas pronominais. O autor reitera que a noção de pessoa “é própria de *eu/tu*, e falta em *ele*” (ibid., p. 278).

Nesse texto, o linguista contrapõe as marcas de pessoa àqueles signos nominais que apresentam uma referência estável no mundo. Em outras palavras, Benveniste afirma que “cada *eu* tem a sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único e proposto como tal” (ibid., p. 278). Caso diferente acontece com os ditos de “terceira pessoa”, que Benveniste defende como não pessoa. Esses pronomes de *não pessoa* não são passíveis de inversibilidade

na comunicação intersubjetiva e não são únicos, visto não remeterem a eles mesmos, mas à situação objetiva. Sendo assim, enquanto as marcas pronominais de pessoa não remetem a uma realidade objetiva e/ou concreta no espaço e tempo, mas a uma instância que existe somente no ato enunciativo, que é inédito a cada uso, o pronome de não pessoa estabelece a relação com o mundo, “representa de fato o membro não marcado da correlação de pessoa” e tem a “função de uma representação sintática” (ibid., p. 282) na cadeia do discurso, sendo capaz de produzir referência

De modo geral, segundo Flores (2013), Benveniste estabelece que existem signos “que permitem o *exercício da linguagem*, são signos vazios, *não referenciais com relação à ‘realidade’* (FLORES, 2013, p. 95, grifos do autor). Esses signos são autorreferenciais, remetendo-se à enunciação, funcionando como “instrumentos da *conversão da linguagem em discurso*” (ibid., p. 95) e submetendo-se à condição de pessoa. Em contrapartida, existem aqueles signos “*que remetem não a si mesmos, mas a uma situação* que Benveniste chama de ‘objetiva’” (ibid., p. 95, grifos do autor), submetendo-se à condição de não pessoa.

Já em “Da subjetividade na linguagem”, último texto do autor utilizado em nossa pesquisa na construção desse tópico, Benveniste apresenta uma de suas mais célebres asserções. Como vimos anteriormente, é nesse texto que o autor afirma que a linguagem faz parte da natureza humana, de modo que o homem não a fabrica. A partir disso, Benveniste afirma que é “na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (BENVENISTE, 1966/1995, p. 286), definindo subjetividade como a capacidade do locutor se propor como sujeito. Nesse processo de passagem de locutor a sujeito, ou seja, nesse processo de efetivação da subjetividade, as marcas de pessoa desempenham um papel importante:

A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*. Essa condição de diálogo é que constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade - que eu me torne *tu* daquele que sua vez se designa por *eu*. (ibid., p. 286)

Temos, então, uma relação de interdependência entre *eu* e *tu*, que configuram as formas de pessoa e marcam a subjetividade discursiva. Quanto à terceira pessoa, ou seja, a *não pessoa*, Benveniste reitera nesse texto que ela não remete a uma entidade subjetiva, mas afirma que ela “tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por *eu*” (ibid., p. 292). Mais adiante, em nossa pesquisa, essa noção de que a não pessoa apresenta um valor por estar relacionada a um discurso único e subjetivo será fundamental para a análise do nosso *corpus*.

No decorrer da reflexão acerca das marcas de pessoa e não pessoa, Benveniste apresenta e consolida outra importante noção de sua teoria: a ideia de *subjetividade*. Essa palavra, para nós, é de extrema importância, não só para o desenvolvimento dessa pesquisa, como também para a própria teoria enunciativa como um todo.

É preciso esclarecer que *subjetividade*, para nós e a partir de agora, é um conceito enunciativo. Anteriormente, quando contextualizamos de modo breve a categoria de texto à qual pertencem os exemplares que constituem nosso *corpus* de análise, apresentamos a subjetividade como uma característica do lirismo, um texto que manifesta a voz de um *eu*. Para Benveniste, a subjetividade também está relacionada a esse *eu*, mas não apenas no campo literário. A subjetividade, portanto, está presente em todo e qualquer uso da língua, pois é constitutiva do discurso. No caso dos textos que constituem nosso *corpus*, contudo, ela é explicitada, tornando-se mais aparente por meio dos recursos poéticos que demonstram o *eu lírico*.

Benveniste defende que a linguagem permite que cada locutor aproprie-se da língua para designar-se como sujeito. O linguista explica:

A ‘subjetividade’ de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’. Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo [...], mas como a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência. Ora, essa ‘subjetividade’ [...] não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É ‘ego’ que *diz ego*.¹ (BENVENISTE, 1966/1995, p. 286)

Para Benveniste, a linguagem está organizada de modo “que permite a cada locutor apropriar-se da língua toda designando-se como *eu*.” (ibid., p. 288). A essa capacidade de colocar-se na língua e constituir-se como sujeito na e pela linguagem chamamos, portanto, de *subjetividade*. De agora em diante, é dessa noção enunciativa de subjetividade que faremos uso sempre que a palavra aparecer. Característica fundamental da linguagem, a subjetividade configura-se como a capacidade que um locutor possui de colocar-se como sujeito. E como isso é feito? Essa transição, ou seja, esse processo de subjetividade do locutor só é possível por meio do uso da língua, que oferece os mecanismos necessários e possíveis para a manifestação dessa subjetividade: as marcas de pessoa.

A partir dos conceitos apresentados e discutidos até então, a seguir, debateremos acerca de duas importantes noções para a teoria benvenistiana e para construção dessa pesquisa: a relação entre a intersubjetividade e a constituição da referência desencadeada no discurso. Após esse tópico, debateremos a relação entre língua e sociedade.

¹ No original francês, a passagem é atualizada como “É ego quem diz ego”.

3.1.3 *Discurso: intersubjetividade e referência*

Com o intuito de responder à questão de pesquisa que norteia este trabalho, ao longo deste capítulo, estamos apresentando a corrente teórica que fundamenta nossa pesquisa. Neste item, dissertaremos acerca das noções de intersubjetividade e referência dentro da teoria enunciativa de Émile Benveniste. Esses conceitos são fundamentais para o desenvolvimento de nosso trabalho e, sendo assim, optamos por organizar este subcapítulo da seguinte forma: partiremos do texto “O aparelho formal da enunciação”, por meio do qual são apresentadas ideias como as de ato, situação e instrumentos, que compõem o processo enunciativo. Conforme o pensamento benvenistiano for apresentado, introduziremos outras passagens de outros textos do autor que nos parecem relacionadas aos elementos apresentados (ato, situação e instrumentos). Como sempre até aqui, o trabalho de Flores (2013) mostra-se fundamental para elucidar algumas noções. Além disso, também é relevante o trabalho de Knack (2012), o qual ainda será muito útil na elaboração da nossa metodologia de análise.

Segundo Flores (2013, p. 161), o “O aparelho formal da enunciação” é um texto que “condensa mais de quarenta anos de reflexão linguística sobre enunciação”. É nesse escrito que o linguista apresenta uma espécie de definição concisa para a enunciação. Apesar dessa noção ser mencionada anteriormente na obra de benveniste, é neste texto que o linguista afirma que a “enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 82). O autor ainda complementa, ao esclarecer que não é o enunciado que lhe interessa nesse ponto, mas o ato de produzi-lo. O enunciado, por sua vez, é o resultado do ato enunciativo, é o texto, produto de uma enunciação sempre única e individual.

O grande tema de Benveniste neste texto é aquilo que constitui o processo enunciativo. Tendo em vista que a enunciação não se refere propriamente ao enunciado (produto do ato enunciativo), mas sim ao processo de produção no qual o locutor apropria-se da língua, Benveniste distingue o estudo do emprego das formas do estudo do emprego da língua.

O linguista afirma que é preciso considerar na enunciação, “sucessivamente, o próprio ato, as situações de uso em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização” (ibid., p. 83). Essa noção de ato, situação e instrumento colabora para a compreensão de que cada enunciação é um ato único e irrepitível. Convém ressaltar algumas informações sobre esses elementos, que chamaremos aqui de constituintes do ato enunciativo.

De modo geral, podemos entender esse ato como uma espécie de processo que insere o locutor como condição necessária para a enunciação. Nas palavras de Benveniste:

Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno. (ibid., p. 83-84)

No item anterior, vimos que a noção de subjetividade é constitutiva para Benveniste, de modo que um locutor, sempre que se apropria da língua e produz seu discurso, marca sua presença no texto. Aqui, Benveniste vai além, mostrando-se que esse *eu* só é possível diante de um *tu*.

Mas afinal de contas, como a enunciação pode, ao mesmo tempo, ser produto de um ato individual e estabelecer uma relação fundamental com o outro? Não há nenhuma contradição nessas assertivas benvenistianas. Se a *subjetividade* é constitutiva para Benveniste, a *intersubjetividade* também o é. Nesse texto, o teórico explica:

[...] enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de apropriação. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor [...] Mas imediatamente [...] ele implanta o outro diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribui a este outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário. (ibid., p. 84)

O uso da língua pressupõe a figura do outro. O “eu” que se enuncia quando um locutor toma a língua para produzir um discurso e configurar-se como sujeito sempre postula um “tu”. Quando afirma que a linguagem faz parte da natureza humana, Benveniste nos diz que é “um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem [...]” (BENVENISTE, 1966/1995, p. 285). Eis aí o fundamento da intersubjetividade, constitutiva para Benveniste.

Em “Da subjetividade na linguagem”, Benveniste (1966/1995 p. 293) afirma que a intersubjetividade é a condição única que torna possível a comunicação linguística. Trata-se de uma condição de diálogo que implica em reciprocidade, “que eu me torne *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa por *eu*” (ibid., p. 286).

Para o linguista, essa relação *eu-tu* representa uma espécie de polaridade singular, a qual não encontra esquema equivalente em lugar nenhum fora da linguagem humana. Benveniste ajuda-nos a compreender que nenhum dos dois termos (*eu* e *tu*) se concebe sem o outro; para ele, são termos complementares e, ao mesmo tempo, irreversíveis, caracterizando a condição do homem na linguagem.

Todo ato enunciativo é, portanto, em maior ou menor grau um processo de alocação. O teórico define o alocutado como o indivíduo “na presente instância de discurso contendo a

instância linguística *tu*” (ibid., p. 279). O *eu* que enuncia postula, portanto, um *tu*, que pode ou não “tomar a palavra”, enunciando-se e postulando o antigo *eu* como *tu*. Toda essa relação sobre a intersubjetividade presente na enunciação será de muito valor para a análise do nosso *corpus*, bem como para compreender o que Benveniste entende como referência, importante conceito dessa teoria enunciativa sobre o qual versamos a seguir.

O segundo elemento apresentado por Benveniste em “O aparelho formal da enunciação” é a noção de situação. A situação refere-se ao fato de, no processo enunciativo, a língua ser empregada para expressão de uma certa relação com o mundo, o que implica referência. Nas palavras do linguista, a “referência é parte integrante da enunciação” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 84).

Essa referência é fundamental para a constituição do sentido global de um enunciado e está profundamente ligada à situação na qual se dá a enunciação. Consoante Benveniste, a situação manifesta-se por meio de “um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação” (ibid., p. 84). Nessa profunda relação, o locutor insere a si mesmo no discurso, produzindo a referência e a possibilidade de ser referido e compreendido por um alocutário.

A presença de referência colabora para a noção de que a enunciação é sempre um ato individual, mas ao mesmo tempo intersubjetivo. É individual porque parte de um locutor e é sempre único, uma vez que está plenamente ligado às circunstâncias de produção nas quais é efetuado; mas intersubjetivo porque depende de um alocutário que vai co-referir no discurso proferido, atuando como uma espécie de co-locutor e colaborando na construção e na efetivação da enunciação.

A bem da verdade, noção de referência na teoria enunciativa benvenistiana talvez seja uma das mais importantes e complexas de se compreender. Flores (2013, p. 142) menciona que esse é um “tema espinhoso para todos os saussurianos”. E vale lembrar que entendemos Benveniste como um. De modo geral, podemos dizer que a referência relaciona-se a um processo de significação ligado a cada enunciação, sempre único e irrepetível.

Segundo Flores (ibid., p. 142-143), a distinção que Benveniste faz entre domínio semiótico e domínio semântico (já brevemente exposta por nós anteriormente no item 3.1.1) coloca em evidência a noção da referência, a qual “é ausente do primeiro e é característica fundamental do segundo”. O autor ainda nos alerta que não podemos pensar nessa referência como um elemento extralinguístico, mas como algo relacionado ao próprio discurso. Esse importante conceito é abordado por Benveniste em outros textos que constituem nosso *corpus* teórico.

Em “A forma e o sentido na linguagem”, Benveniste (1974/1989, p. 231) afirma que a “referência de uma frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar”. Nesse trecho, novamente, vemos a noção de referência atrelada à ideia de situação.

A relação entre situação enunciativa e a produção de referência mostra-se essencial para nossa pesquisa. Isso se deve ao fato de lidarmos, neste trabalho, com a produção de sentido desencadeada pelas marcas de pessoa e não pessoa levando em consideração à situação discursiva na qual os enunciados são produzidos e lidos. Em “A natureza dos pronomes”, Benveniste afirma que as marcas de não pessoa representam de fato o membro não marcado da correlação de pessoa, funcionando como o único modo de enunciação possível para as instâncias discursivas que não devem remeter a elas mesmas, ou seja, “predicam o processo de *não importa quem* ou *não importa o que*, exceto a própria instância, podendo sempre esse *não importa quem* ou *não importa o que* ser munido de uma referência objetiva” (BENVENISTE, 1966/1995, p. 282, grifos do autor). Ou seja, o uso da não pessoa no discurso implica um processo de referenciação e co-referenciação por parte do locutor e do alocutário, que só conseguem estabelecer essa relação referencial levando em consideração a situação enunciativa na qual se produz o discurso.

O último elemento apresentado por Benveniste em “O aparelho formal da enunciação” são os instrumentos de realização da enunciação. Não há no texto uma delimitação explícita sobre em que de fato consistem esses instrumentos, mas entendemos aqui que esses elementos são as marcas que evidenciam a apropriação da língua pelo locutor. De acordo com Benveniste, o locutor “enuncia sua posição por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 84). A seguir, tentaremos esclarecer de que forma esses elementos se manifestam e como podemos aplicá-los à nossa pesquisa.

Apesar de não definir explicitamente quais são esses instrumentos, Benveniste fornece-nos uma categorização importante: de um lado, temos os índices específicos; de outro, os procedimentos acessórios. Por mais que esses índices sejam variados, parece haver certa “hierarquia” linguística. Em primeiro lugar, evidentemente, vêm os índices específicos, que aqui entendemos como “um jogo de formas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação” (ibid., p. 84). Nessa categoria, portanto, incluímos as marcas de pessoa: *eu*, que demarca a presença do locutor; e *tu*, que é estabelecido como alocutário de um *eu* locutor. Além dessas marcas de pessoa, o linguista situa, também,

as marcas de tempo e espaço. Apesar de centrar-se nas marcas de pessoa, nosso estudo também levará em consideração as noções de tempo e espaço dadas no processo enunciativo.

A partir dessas noções, Benveniste apresenta também a definição de não pessoa, a única por meio da qual uma *coisa* pode ser predicada, ou seja, trata-se da referência do discurso. Ressaltamos que a não pessoa recebe seu valor a partir de um enunciado efetuado por um *eu*. O linguista ainda afirma que há outros instrumentos capazes de materializar linguisticamente o processo enunciativo. O autor menciona *índices de ostensão*, tais como pronomes demonstrativos e advérbios. Esses termos, tidos muitas vezes como dêiticos, evidenciam “um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo que é pronunciada a instância do termo” (ibid., p. 84), configurando-se como as marcas de espaço.

Noutro momento, ainda, Benveniste ressalta a importância da noção de tempo para a construção do ato enunciativo. Conforme o autor, a temporalidade é “produzida na e pela enunciação [...] de modo que o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o “agora” e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo” (ibid., p. 85). A assertiva, como é próprio deste nosso autor, é, no mínimo, impactante. No processo de tornar-se sujeito na e pela linguagem, o homem ainda se insere no espaço e no tempo, projetando em seu discurso a situação de mundo que permeia o processo enunciativo.

As marcas de pessoa, juntamente com os índices de ostensão e de tempo configuram o que estudiosos enunciativos como Knack (2012, p. 78) chamam de um “aparelho de formas” que compõe o processo enunciativo, permitindo que o locutor e o seu *aqui-agora* sejam registrados no enunciado. Benveniste ainda afirma que, para além dessas formas “a enunciação fornece as condições necessárias às grandes funções sintáticas” (ibid., p. 86). Logo, para além do aparelho de formas, há um aparelho de funções.

No que se refere a essas funções sintáticas, o linguista destaca a *interrogação* (que suscita uma resposta), a *intimação* (que implica uma relação viva e imediata do locutor) e a *asserção* (que comunica uma certeza). Sabemos que esses elementos referem-se à enunciação como um todo, a produção de um discurso que encontra sua unidade na ideia de *frase*. Em “Os níveis de análise linguística”, Benveniste (1966/1995, p. 139) afirma que as frases existem infinitamente, de modo que “um inventário dos empregos de uma palavra poderia não acabar; um inventário dos empregos de uma frase não poderia nem mesmo começar”. Sendo assim, consideramos que há diferentes elementos que podem pertencer a esse aparelho de funções que está presente no processo enunciativo. Conforme Knack (2012, p. 79), podemos inserir nessa categoria elementos como os *modos verbais* e as noções de *fraseologia*, os quais desempenham importante função na enunciação.

Até aqui, versamos sobre o *aparelho de formas* (marcas de pessoa, índices de ostensão e de tempo), os quais são considerados específicos, uma vez que funcionam como “indicadores por excelência da subjetividade na linguagem” (ARESI *apud* KNACK, 2012, p. 80). Além disso, apresentamos também o *aparelho de funções* (interrogação, intimação e asserção, além dos modos verbais e da fraseologia). Mas, e os procedimentos acessórios mencionados por Benveniste? Para Knack (2012, p. 82), são esses “procedimentos acessórios que operacionalizam a enunciação”, permitindo a apropriação, a sintagmatização e a semantização que “a enunciação, enquanto uso da língua, possibilita e instaura”.

Antes de começar nosso próximo tópico, convém retomar e sintetizar alguns dos conceitos que apresentamos nesta seção. A partir do texto “O aparelho formal da enunciação”, apresentamos a concisa definição de Benveniste para enunciação e os elementos que constituem o processo enunciativo: ato, situação e instrumentos. Ao apresentar cada um desses itens, trabalhamos noções referentes à intersubjetividade e à referência, mencionando outros textos do autor que compõem nosso *corpus* teórico e relacionam-se a esses conceitos. As noções apresentadas neste item serão retomadas no capítulo 4 deste trabalho, tendo em vista que nossa metodologia de análise parte das ideias apresentadas em “O aparelho formal da enunciação”.

Agora já temos, então, uma série de conceitos estabelecidos no que se refere à teoria enunciativa de Benveniste. A seguir apresentaremos algumas noções referentes à relação estabelecida entre língua e sociedade. Mais tarde, traremos alguns importantes desdobramentos desencadeados a partir do trabalho desse linguista.

3.2 Língua e sociedade

Acreditamos que, sem dúvidas, um dos elementos mais fascinantes e fundamentais na teoria benvenistiana é a profunda relação estabelecida entre interlocutores. Na verdade, mais do que uma relação, acreditamos que se trata de uma condição. É na interlocução com o outro, nessa inversibilidade enunciativa, que a língua utilizada manifesta-se como discurso, possibilitando o processo de subjetividade de um locutor que, como vimos, torna-se sujeito na e pela linguagem.

É a partir do uso da língua que sujeitos estabelecem relações comunicativas entre si, o que permite a vida em sociedade. A fim de pensar e discorrer sobre as noções de língua e sociedade, evidenciando como esses elementos interagem e afetam uns aos outros,

abordaremos, nesta seção, o texto “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”, o qual se situa na terceira parte da obra *Problemas de Linguística Geral II*.

É a partir dessa relação com o outro e com o tempo no qual se insere que podemos pensar a respeito da relação da língua com a sociedade. Nesse texto, Benveniste coloca em paralelo “as relações entre duas grandes entidades que são respectivamente a língua e a sociedade” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 93). Essa relação faz-se muito relevante para o nosso trabalho, tendo em vista que nosso objetivo é analisar textos produzidos em diferentes momentos históricos e, conseqüentemente, em sociedades distintas. É preciso, portanto, por meio da língua e do registro, (re)pensar a sociedade e contexto no qual se deu esse primeiro ato enunciativo de produção. Sem mais delongas, passamos agora aos ideais benvenistianos.

Apesar de afirmar que ambas surgem da mesma necessidade humana, o linguista afirma que língua e sociedade evoluem separadamente, de modo que “não existe correspondência nem de natureza nem de estrutura entre os elementos constitutivos da língua e os elementos constitutivos da sociedade.” (ibid., p. 95). Mas o pensamento benvenistiano é ainda mais complexo. Flores (2013) ajuda-nos a compreender que, para Benveniste:

Há duas acepções de língua e duas acepções de sociedade. Há sociedade como dado empírico (a sociedade chinesa, francesa etc.) e há sociedade como *coletividade humana, base e condição primeira da existência dos homens*; há a língua como idioma empírico (o chinês, o francês etc.) e há a língua como *sistema de formas significantes, condição primeira da comunicação*. Logo, há, no interior da sociedade, um nível histórico (empírico) e outro fundamental (coletividade humana); há, na língua, um nível histórico (idioma) e outro fundamental (sistema de formas significantes). (FLORES, 2013, p. 111)

É nesse nível fundamental que há relações possíveis entre língua e sociedade. É precisamente essas relações que nos interessam aqui. Benveniste informa que “língua e sociedade são para os homens realidades inconscientes, uma e outra representam a natureza, [...] nem uma nem outra podem ser mudadas pela vontade dos homens” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 96). Sendo assim, os homens jamais podem mudar o sistema fundamental da língua, que é, ao mesmo tempo, imanente ao indivíduo e transcendente à sociedade. É essa permanência que, segundo Flores (2013), dá unidade à diversidade, funcionando como uma identidade em meio às individualidades e permitindo que a língua torne-se um meio de análise da sociedade. Em nossa pesquisa, é justamente por meio do discurso, manifestado no texto escrito e literário, que buscamos compreender da melhor forma possível essa relação fundamental entre língua e sociedade: “a língua é o instrumento próprio para descrever, para conceitualizar, para interpretar tanto a natureza quanto a experiência, portanto, este composto de natureza e experiência que se chama sociedade” (ibid., p. 99-100).

Nesse texto, Benveniste ainda volta a tratar das relações *eu-tu-ele*, visto que a primeira oposição funda uma relação inter-humana, já a segunda oposição *eu-tu/ele*, opondo pessoa e não pessoa, efetua a operação de referência e fundamenta a possibilidade de discurso sobre alguma coisa, sobre o mundo, sobre o que não é alocação. Para Flores, neste texto de Benveniste, a distinção pessoa/não pessoa transcende a descrição linguística, porque trata, na verdade, da “*inclusão do falante em seu discurso*, que permite situá-lo na sociedade na condição de participante. Tal condição se apresenta numa *rede complexa de relações espaçotemporais* determinantes dos *modos de enunciação*.” (FLORES, 2013, p. 114 [grifos do autor])

Benveniste conclui que “temos aí o fundamento sobre o qual repousa o duplo sistema relacional da língua.” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 101). Assim, pessoas do discurso e não pessoas (referência) são o fundamento do discurso na sociedade, pois o locutor pode se assumir no discurso, implantar o outro e situar-se na sociedade. É no discurso que comparece esse fundamento relacional da língua, o qual é determinado pelos modos de enunciação de cada locutor, que se situa como humano em diferentes sociedades.

Essa questão é fundamental para a nossa investigação, que analisa o discurso lírico de locutores em distintas sociedades, nas quais a língua, convertida em discurso, comparece como contendo cada sociedade, com os seus valores e particularidades. Essas noções nos ajudam a pensar a língua em sua diacronia e perceber a transformação de um idioma como necessariamente vinculado à sociedade da qual faz parte. A seguir, apresentaremos alguns desdobramentos da teoria benvenistiana aplicada às noções de texto, leitura e tradução para, depois, apresentar nosso processo metodológico de análise do *corpus*.

3.3 Desdobramentos da teoria benvenistiana em texto, leitura e tradução

Até então, apresentamos alguns princípios fundamentais para a constituição do nosso trabalho. Nesta seção, dedicamo-nos à abordagem da teoria enunciativa benvenistiana, apresentando e definindo importantes conceitos, como as noções de língua, linguagem, enunciação, discurso, subjetividade, intersubjetividade e referência. Todas essas noções serão de extrema importância para o nosso processo de análise. Mas não podemos parar por aqui.

Tendo em vista que nosso trabalho busca entender *como as marcas de pessoa e não pessoa, presentes em textos líricos de diferentes momentos, produzem sentido na leitura ao se considerar a instância de discurso de atualização de tais formas e a situação enunciativa*

de cada texto, alguns desdobramentos teóricos ainda precisam ser apresentados. Já contextualizamos a categoria de texto selecionada e apresentamos as bases da teoria enunciativa de Émile Benveniste. Mais adiante, não só estabeleceremos uma metodologia de análise adequada à nossa concepção teórica, como também contextualizaremos mais detalhada e especificamente os textos selecionados para esta pesquisa. Antes disso, contudo, ainda nos falta apresentar algumas percepções essenciais sobre a teoria benvenistiana da enunciação.

Julgamos essencial acrescentar à nossa fundamentação teórica os trabalhos de Knack (2012), Naujorks (2011) e Rosário (2012), os quais fazem uso da teoria de Benveniste para tratar, respectivamente, sobre texto, leitura e tradução. Acreditamos que presença dessas pesquisas faz-se relevante por diferentes razões: primeiro, por condizer com a proposta de nosso trabalho e ter relação direta com o *corpus* selecionado para nossa pesquisa; e, segundo, por mostrar os diferentes caminhos que podem ser trilhados a partir do pensamento de Benveniste. Para nós, a existência de trabalhos como os dessas grandes pesquisadoras evidencia a influência da teoria benvenistiana e os méritos da pesquisa realizada em nossa universidade. Passamos a esses trabalhos.

Em sua dissertação de mestrado, Knack (2012) deslocou a teoria enunciativa de Benveniste para o estudo dos textos falado e escrito, apresentando esses elementos como instâncias enunciativas de investigação. Em seu trabalho, a autor salienta que “não há, na teoria benvenistiana, a proposição explícita de uma metodologia para o tratamento da língua em uso. No entanto, é possível, sim, derivar métodos de abordagem da língua em uso e, portanto, do texto [...]” (KNACK, 2012, p. 160-161).

A partir dessa afirmação, reiteramos a ideia de que a teoria de Benveniste fornece ao seu pesquisador fundamentos suficientes para expandir e explorar a língua em suas mais variadas instâncias. Ao longo de sua dissertação, Knack (2012) apresenta uma proposta de metodologia enunciativa que pode ser aplicada tanto ao texto falado, quanto ao texto escrito. Por meio dos deslocamentos realizados e das ideias apresentadas, temos um panorama sobre o funcionamento enunciativo dos textos falado e escrito.

Evidentemente, não nos deteremos aqui a uma prolongada descrição do trabalho desenvolvido pela autora, mas vale ressaltar que suas conclusões serão de extrema importância para a constituição do nosso processo metodológico. Knack estabelece uma visão enunciativa de texto muito alicerçada nos três “constituintes” do processo enunciativo apresentados por Benveniste em “O aparelho formal da enunciação”: a noção de ato, de situação e de instrumentos. Nas palavras da pesquisadora:

[...] o ato enunciativo de apropriação e de atualização da língua pode dar-se dessas duas formas: por meio de um *texto falado* ou por meio de um *texto escrito*. Nesse ato, falado ou escrito, instanciam-se o locutor e o alocutário, inseridos em tempo e em espaços únicos, aos quais, pelo princípio da intersubjetividade, é possibilitado falar de *algo*, referindo e correferindo. Esse ato [...] apresentará especificidades em relação aos elementos da estrutura enunciativa, especificidades que se definem em relação à sua modalidade de realização. (ibid., p. 167)

Há, portanto, que se considerar de modo diferentes os processos enunciativos que se apresentam no texto escrito e no texto falado. Para nossa pesquisa, faz-se mais relevante as considerações da autora acerca do texto escrito. Sobre isso, ainda vale ressaltar que, segundo a autora, é preciso, ao entrar em contato com o texto, verificar quem fala, para quem fala, quando fala e de onde fala (ibid., p. 169). As respostas a questões como essas nos ajudam a conceber o processo enunciativo presente na produção do texto.

Esse texto, por sua vez, quando escrito, possui certas particularidades. A principal delas, que é de extrema importância para o nosso trabalho, consiste no fato de que, “no texto escrito, locutor e alocutário não partilham o tempo e o espaço da enunciação.” (ibid., p. 169). Nesse sentido, na produção do texto escrito, há um locutor que se apropria da língua em um aqui-agora específico, a partir do qual se torna sujeito. Esse locutor, inevitavelmente, postula um alocutário, real ou imaginado, o qual, por sua vez, entrará em contato com aquele discurso posteriormente, em outra relação de tempo e espaço. Nesse processo, segundo Knack, o alocutário

precisa re-constituir o caminho traçado pelo *eu* (aquele que escreveu). O tempo não é mais o mesmo tempo presente na escrita: no momento em que seguramos a caneta e traçamos o *eu*, esse *eu* se atualiza e, a partir do conjunto único de circunstâncias que o provoca, assume seu sentido; no exato instante em que a tinta finaliza seu traçado, esse *eu* se esvai, sua referência não é mais a mesma. Agora, o *eu* traçado em tinta obriga a leitura e, pela leitura, instaura-se um novo tempo e um novo espaço, advindos dessa nova enunciação e, conseqüentemente, uma nova referência também. (ibid., p. 170)

Existe, então, o que a pesquisadora chama de “disjunção eu/tu”, uma vez que aquele que escreve está situado em um tempo e em um lugar distintos daquele a quem se dirige. Nesse processo, ocorre uma impossibilidade de inversibilidade do ato enunciativo da escrita, no qual o *eu* torna-se o *tu* quando o alocutário toma a palavra. Essa intersubjetividade dá-se de modo distinto no processo de escrita e de leitura. Sobre essas questões, recorreremos ao trabalho de Naujorks (2011), que propõe uma teoria enunciativa da leitura.

Em sua tese de doutoramento, Jane Naujorks apresenta essa teoria. O que a autora propõe, basicamente, é que é possível enunciar, também, pelo ato de ler. Isso significa que um locutor coloca-se como sujeito através da apropriação da língua efetuada durante a leitura. Vejamos as palavras da autora:

Em nossa opinião, na leitura, há uma dupla instância de reciprocidade: em um primeiro momento, o locutor-leitor se apropria do enunciado e, com ele, coloca-se em uma relação de diálogo. O locutor, em nossa visão, dialoga com o enunciado, o texto. Não seria absurdo, portanto, considerar que, ao menos em certo sentido, o enunciado é um “tu” da relação “eu-tu”. O enunciado, nesse processo, é um tipo de interlocutor. É com ele que o locutor-leitor estabelece uma troca propondo-se como sujeito, o sujeito-leitor.

O enunciado tem existência no exato momento em que a língua é mobilizada, ou seja, no exato momento em que o locutor se apropria da língua. O que equivale a dizer que, em se tratando de leitura, esta somente existe quando o leitor — aqui entendido como locutor-leitor — produz leitura, implicadas noções de tempo e espaço. (NAUJORKS, 2011, p. 92)

Compreendendo que, neste trabalho, analisaremos textos literários produzidos em circunstâncias discursivas (de pessoa, de espaço e de tempo) específicas, julgamos necessário entender o nosso processo de leitura e de interpretação também como um ato enunciativo. Nesse sentido, acreditamos que o trabalho desenvolvido por Naujorks (2011) é fundamental para a realização de nossas análises discursivas, as quais não deixam de ser frutos de nossa subjetividade enquanto sujeitos-leitores. Voltaremos às suas palavras ao longo do processo de análise dos textos selecionados. Para a discussão acerca da poesia de Catulo, aliás, essa concepção de leitura enunciativa torna-se ainda mais relevante, uma vez que, para além do texto original, lidaremos com uma tradução que não deixa ser, também, uma leitura e um novo enunciado.

Tendo em vista um texto de nosso *corpus* foi escrito em latim, faz-se necessário, para maior entendimento do leitor, apresentar também uma tradução desse texto. Sendo assim, consideramos que pensar sobre a tradução por meio de um viés enunciativo é fundamental para o desenvolvimento de nosso trabalho. É preciso esclarecer, contudo, que não nos aprofundaremos nesse aspecto, até porque julgamos que essa relação entre a tradução e a teoria enunciativa é bastante complexa e deve ser estudada e apresentada com maior profundidade em um momento futuro desta pesquisa. Por enquanto, contentamos em tocar no tema e registrar sua relevância para nossa discussão.

Sobre a questão da tradução do ponto vista enunciativo, vale apresentar o artigo de Rosário (2012), que apresenta brevemente uma reflexão sobre tradução a partir da teoria benvenistiana da enunciação. Em seu trabalho, a autora aborda algumas noções bastante específicas da área do tradutor, como o conceito de competência tradutória apresentado por Amparo Hurtado Albir. Tendo em vista o foco de nosso trabalho e até mesmo a extensão de nossa pesquisa, faremos uso das percepções enunciativas acerca de tradução apresentadas pela autora.

Para apresentar suas interpretações e deslocar a teoria de Benveniste para o campo da tradução, Rosário (2012, p. 67) recorre às definições de domínio semiótico e de domínio semântico apresentados por Benveniste em “A forma e o sentido da linguagem”. Convém lembrar que o modo semiótico “corresponde ao modo de significação próprio ao signo linguístico”, enquanto o modo semântico “corresponde ao modo de significação próprio à palavra - o signo em uso pelo locutor”. Sendo assim, Rosário demonstra-nos que, segundo Benveniste, “não se pode traduzir o semioticismo de uma língua para outra, uma vez que o sentido de um signo dá-se intrassistema, sendo um sistema linguístico completamente independente de outro sistema” (ROSÁRIO, 2012, p. 67). O domínio semântico da língua, por sua vez, pode ser traduzido “uma vez que o que se traduz é o sentido de um determinado enunciado produzido por um *eu* em um dado *aqui-agora*.” (ibid., p. 67).

De modo geral, para a autora, a tradução é

uma forma complexa do discurso, visto que, de um lado, no original, temos as marcas do sujeito autor do texto e, de outro, em sua tradução, temos, do mesmo modo, a inscrição do sujeito tradutor que, ao traduzir, marca-se em seu dizer, re-enunciado, em sua própria língua, o semantismo do original. (ibid., p. 69)

Sendo assim, as marcas que constituem a primeira enunciação, o texto original, não se apagam na tradução, mas se somam, de algum modo, às marcas deixadas pelo sujeito que traduz o texto. Sujeito autor e sujeito tradutor encontram-se, portanto, na tradução.

Essa concepção de tradução, bem como as noções apresentadas anteriormente referentes à leitura e à própria ideia de texto para a teoria enunciativa são, evidentemente, complexas demais para serem discutidas em poucas páginas. Acreditamos que o que fora apresentado até aqui é mais do que suficiente para o desenvolvimento do nosso trabalho, de modo que ficamos satisfeitos por apresentar desdobramentos concretos e efetivos da teoria de Émile Benveniste para diferentes áreas de estudos da linguagem. Ao longo do nosso processo de análise, retomaremos muitos dos conceitos e pesquisadores mencionados neste capítulo.

A seguir, apresentaremos, com maiores detalhes, os textos que compõem nosso *corpus* e a metodologia que será utilizada no processo de análise dos exemplares selecionados. Mais tarde, passaremos, enfim, ao processo de análise dos textos, buscando encontrar uma resposta para nossa pergunta de pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Analisar textos produzidos com séculos de intervalos entre si por meio de uma teoria de linguagem tão recente e complexa não é tarefa fácil. Logo, é fundamental que se delimite uma abordagem metodológica que, ao mesmo tempo, esteja em conformidade com a teoria benvenistiana e sirva para os textos em questão e para as características que eles compartilham entre si. Para tanto, dividimos este momento de nosso trabalho em duas partes: primeiro, apresentaremos mais informações sobre os textos que constituem nosso *corpus* e, depois, explicitaremos de que forma acontecerá a análise enunciativa desses escritos.

4.1 Os fatos de linguagem

Querer resumir mais de dois mil anos de um idioma e sua produção literária em três textos pode parecer uma receita certa para a frustração. Por isso, é preciso reiterar que a análise realizada é, de certo modo, ilustrativa, cumprindo a função primordial de responder nossa questão de pesquisa. Não há aqui a pretensão de generalizar ou de fornecer qualquer tipo de resposta definitiva ou de verdade absoluta, jamais. Em verdade, queremos demonstrar que é possível, sim, pensar a diacronia de nossa língua por uma abordagem enunciativa aplicada a textos literários. Acreditamos que, ao realizar este trabalho, ampliamos a consciência de nosso idioma, de suas produções e da teoria de linguagem abordada.

Os três textos selecionados estão aqui por três razões principais: (1) pelo momento histórico em que foram produzidos, (2) pela relevância de seus autores e (3) por apresentarem certas características e marcas linguísticas que nos ajudam a perceber, ao mesmo tempo, a transformação do idioma e a unidade que ele apresenta com o passar do tempo. É hora de conhecer um pouco mais sobre os textos e os autores selecionados.

O primeiro texto que em breve analisaremos foi escrito pelo poeta latino Catulo, que viveu entre anos 84 e 52 a.C. Desse autor, restou-nos uma coletânea de 116 poemas (*Carmina*), geralmente divididos em três grupos. Os primeiros sessenta textos são mais curtos, coloquiais e “escritos em uma linguagem viva e espontânea” (CARDOSO, 2013, p. 55). A temática dessas seis dezenas de textos relaciona-se ao amor ou à vida cotidiana dos romanos. O segundo grupo, que compreende os poemas de número 61 a 68, apresenta textos maiores e geralmente relacionados à mitologia. O terceiro e último grupo de textos, que compreende os poemas de números 69 a 116, também apresentam temática relacionada ao

amor e ao cotidiano, mas diferem-se do primeiro grupo por possuírem métrica distinta e, portanto, linguagem mais elaborada.

Sobre o autor, vale mencionar as palavras de Zélia de Almeida Cardoso (2013), que, ao definir a obra de Catulo em seu compêndio acerca da literatura latina, afirma:

Catulo foi, sem dúvidas, um dos maiores líricos romanos. Versátil e talentoso, soube combinar e alternar a brincadeira e a seriedade, a ironia e o sentimentalismo, o estilo elegante caracterizado pela riqueza vocabular e pela abundância de figuras de linguagem, e a linguagem popular, pontuada de modismos, de expressões do dia a dia, extraídas das formas coloquiais. (ibid., p. 59)

O texto de Catulo que selecionamos para este trabalho é o poema de número 51, que, logicamente, faz parte do primeiro grupo de textos mencionado acima. Convém ressaltar que, nesses poemas, ainda conforme Cardoso (2013), Catulo menciona uma espécie de musa inspiradora, a qual é conhecida e nomeada como Lésbia. Vasconcellos (1991), na obra “O cancionero de Lésbia”, a qual apresenta toda a obra de Catulo traduzida para o português, menciona que o nome escolhido pelo autor “parece ser uma homenagem a Safo, poetisa de Lesbos cara ao poeta” (VASCONCELLOS, 1991, p. 19). Podemos perceber aí certo diálogo entre obras e discursos anteriores já presentes no mundo antigo. Deteremo-nos a esses aspectos mais demoradamente durante os momentos analíticos.

O segundo texto selecionado é uma cantiga medieval que fora escrita em galego-português por Joan Garcia de Guilhade, no século XIII. Esse autor, considerado um dos mais notáveis do período em que viveu, deixou uma vasta obra: conservam-se até hoje cinquenta e três textos (nos gêneros de cantigas de amor, de amigo e de escárnio e maldizer). O texto selecionado trata-se de uma cantiga de amigo e não possui um título, mas é conhecido pelo seu primeiro verso: “Quer'eu, amigas, o mundo loar”. Para definir essa categoria de texto e contextualizar a lírica trovadoresca, valemo-nos das palavras de Moisés (1966), que assim define as chamadas “cantigas de amigo”:

Escrita igualmente pelo trovador que compõe as cantigas de amor, este tipo de cantiga focaliza o outro lado da relação amorosa entre ele e uma dama: o fulcro do poema é agora representado pelo sofrimento amoroso da mulher, via de regra pertencente às camadas populares. O trovador, amado incondicionalmente pela moça, projeta-se-lhe no íntimo e desvenda-lhe o desgosto de amar e de ser abandonada, por causa da guerra ou de outra mulher. O drama é da mulher, mas quem ainda compõe a cantiga é o trovador. (MOISÉS, 1966, p. 27)

Nesse sentido, há um autor real masculino que se apresenta como um *eu* feminino dentro da poesia. Essa transformação de gênero é marcada gramaticalmente e, em breve, será relevante para nossa análise.

O último texto selecionado é um poema de Carlos Drummond de Andrade, intitulado “Poema de sete faces”. Esse texto, publicado em 1930 na obra “Alguma Poesia”, é

considerado um dos mais famosos desse poeta que é um dos maiores de nosso país e de nossa língua. Sobre Drummond, vale trazer as palavras de Alfredo Bosi (1994):

[...] desde *Alguma Poesia*, foi pelo prosaico, pelo irônico, pelo anti-retórico que Drummond se firmou como poeta genialmente moderno. O rigor de sua fala madura, lastreada na recusa e na contenção, assim como o fizera homem de esperança, o faz agora homem de um tempo reificado até à medula pela dificuldade de transcender a crise de sentido e de valor que rói a nossa época, apanhando indiscriminadamente as velhas elites, a burguesia afluyente, as massas (BOSI, 1994, p. 444)

É desse poeta, moderno e capaz de atingir todas as camadas sociais, que selecionamos o nosso último texto a ser analisado. A seguir, apresentaremos de que forma utilizamos a teoria de Émile Benveniste para construir nossa metodologia de análise.

4.2 Os procedimentos de análise

Para pensar em uma abordagem metodológica enunciativa coerente e funcional para nosso trabalho, utilizamos o texto intitulado “O aparelho formal da enunciação”, de Benveniste. Esse texto fora utilizado por nós anteriormente no item 3.1.3 e está presente na obra *Problemas de Linguística Geral II*, mais especificamente na segunda parte do livro, a qual trata sobre a comunicação de um modo mais abrangente. Com o intuito de explicitar da melhor forma possível as ideias apresentadas por Benveniste nesse texto e adequar suas reflexões ao nosso processo metodológico, faz-se relevante, novamente, o trabalho de Knack (2012), que propõe uma aplicação da teoria enunciativa para o texto escrito. Ao longo deste item, portanto, serão expostas as noções presentes em “O aparelho formal da enunciação”, o deslocamento realizado pelo trabalho de Knack (2012) e a forma como essas leituras deram origem à nossa metodologia de análise.

Conforme vimos no item 3.1.3, quando discorre sobre “O aparelho formal da enunciação”, Benveniste (1974/1989, p. 82) define enunciação como “colocar em funcionamento da língua por meio de um ato individual de utilização”. Após defini-la, o linguista afirma que é preciso “considerá-la como fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam esta relação” (ibid., p. 82), de forma que é preciso considerar, “sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização” (ibid., p. 83).

Esses elementos mencionados pelo teórico (ato, instrumentos e situação) constituem o quadro formal do processo enunciativo e são elementos-chave para nossa construção metodológica. Vimos anteriormente que, segundo Knack (2012, p. 160) “não há, na teoria benvenistiana, a proposição explícita de uma metodologia para o tratamento da língua em

uso”. É possível, contudo, olhar para esse quadro formal da enunciação buscando nesses constituintes um caminho metodológico. A seguir, rerepresentaremos cada parte do quadro formal da enunciação, explicitando de que forma essas noções aplicam-se ao nosso processo de análise. Vamos lá!

Essa noção de ato, situação e instrumento colabora para a compreensão de que cada enunciação é única e irrepetível. Entendemos esse ato como uma espécie de processo que insere o locutor como condição necessária para a enunciação. Nas palavras de Benveniste:

Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno. (BENVENISTE, 1974/1989, p. 83-84)

Evidentemente, em nosso trabalho, lidamos não com “formas sonoras”, mas com o texto escrito. É preciso fazer esse deslocamento para que a aplicação teórica faça sentido. Nesse mesmo texto, aliás, Benveniste afirma que muitos “desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação [...], seria preciso também distinguir a enunciação falada da escrita” (ibid., p. 90). O autor, contudo, limita-se a dizer isso. Cabe a nós, portanto, apropriar-se da teoria inacabada e desdobrar suas relações de sentido, adaptando o fundamento teórico às perspectivas de análise e ao *corpus* utilizados.

E nesse processo de aplicação e deslocamento teórico que o trabalho de Knack se faz ainda mais relevante e presente. Segundo a pesquisadora, “a escrita é, também, um ato de enunciação em que a apropriação da língua se realiza como tal em um discurso materialmente registrado” (KNACK, 2012, p. 68). Sendo assim, consideramos o texto escrito como um ato enunciativo, o qual tem certas particularidades.

De modo geral, por meio do ato da enunciação estabelece-se uma espécie de diálogo. O locutor assume a língua, implantando o outro diante de si: “Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula o alocutário” (BENVENISTE, 1989, p. 84). É esse processo de apropriação da língua e de instauração do outro como parte do processo comunicativo que constitui o ato enunciativo, desencadeado pela intersubjetividade.

Essa *intersubjetividade*, no texto escrito, comporta-se de forma diferente, uma vez que o locutor, aquele que escreve, não postula imediatamente um alocutário capaz de tomar a palavra e enunciar-se como eu. O leitor, que é o *tu* do processo enunciativo presente no texto escrito, está inserido em uma outra configuração de espaço e tempo em relação ao *eu* locutor. Esse aparente distanciamento entre locutor e alocutário que se manifesta no texto escrito é decisivo na constituição da referência, que está muito atrelada à noção de situação apresentada por Benveniste. É a respeito disso que trataremos agora.

Em seguida, Benveniste discorre sobre a ideia de situação. Também vimos no item 3.1.3 que a situação enunciativa diz respeito a uma certa relação com o mundo (aqui e agora), colaborando para a construção da referência. Conforme Benveniste, a “referência é parte integrante da enunciação” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 84), sendo única a cada instância de uso da língua, porque “a cada ato de apropriação e de utilização da língua as categorias de pessoa, tempo e espaço se renovam” (KNACK, 2012, p. 69).

Nesse sentido, caímos, novamente, diante de um tema difícil dentro da teoria enunciativa de Benveniste: a noção de referência. Embora essa noção apareça em diferentes textos do linguista, já estabelecemos neste trabalho o recorte teórico utilizado, por meio do qual definimos conceitos fundamentais. Parece-nos, no entanto, que vale a pena recuperar essa noção e deslocar para nossa abordagem metodológica que está sendo estabelecida neste item.

Sabemos que, conforme Knack (2012, p.71), a situação de discurso é “colocada como elemento e condição para a criação da referência”. Por sua vez, essa situação “pressupõe um locutor e um alocutário inscritos em determinado tempo e em determinado espaço (eu-tu-aqui-agora) em processo de atribuição de referências” (ibid., p.71). Há, portanto, uma profunda e necessária relação entre o ato enunciativo, a intersubjetividade constitutiva da enunciação, a situação de produção e a constituição da referência. Passaremos, enfim, àquele que é o último constituinte do quadro formal de realização da enunciação: os instrumentos de realização.

Para Benveniste, os *instrumentos* de realização da enunciação são as marcas que evidenciam a apropriação da língua pelo locutor. Knack (2012, p. 72) informa-nos que Benveniste “não delimita, explicitamente, em que consistem esses instrumentos”. No item 3.1.3, contudo, delimitamos, com base em nossas leituras, o que entendemos como esses instrumentos.

Quando define a enunciação como um ato de realização individual, Benveniste afirma que o locutor apropria-se “do aparelho formal da língua e enuncia sua posição por meio de índices específicos, de um lado, e acessórios, de outro” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 72). Anteriormente, vimos que, conforme, Knack (2012), esses índices são justamente as marcas de pessoa e não pessoa, além dos recursos que denotam as noções de espaço (como pronomes demonstrativos, advérbios e verbos), que Benveniste chama de índices de ostensão, e de tempo. De modo geral, são essas formas que marcam a singularidade e o ineditismo de cada enunciado, além, é claro, de evidenciar a presença do locutor no discurso.

Vimos que Knack (2012) insere esses elementos no que seria um *aparelho de formas* do processo enunciativo. Segundo a pesquisadora, relacionam-se também aos instrumentos que compõem o *aparelho de funções*, constituído por elementos discursivos formais, tais como os *modos verbais* e a própria estrutura da *fraseologia*.

Todas essas relações apresentadas por Benveniste nesse texto foram aplicadas por Knack (2012) em sua dissertação de mestrado. No final de seu trabalho, a pesquisadora elaborou uma síntese, a qual mostra como os constituintes do processo enunciativo aplicam-se ao texto escrito. Reproduzimos abaixo algumas dessas considerações, que serão úteis para nossa análise.

No que se refere ao ato, o texto escrito apresenta as seguintes características: “apropriação e utilização da língua no plano gráfico” e um processo de “disjunção eu/tu” (KNACK, 2012, p. 176), tendo em vista que locutor e alocutário estão instaurados em instâncias diferentes de espaço e tempo. No que concerne à situação, reitera-se a ideia de que “locutor (*eu*) e possível alocutário (*tu*) não dividem o tempo (*agora*) e o espaço (*aqui*)”, de modo que há “duas situações enunciativas implicadas: a da escrita e a da leitura” (ibid., p. 176). Quanto aos instrumentos, temos um “alocutário (*tu*) ausente quando do ato enunciativo da escrita”, o tempo e o espaço são desdobrados, de modo que “há o presente da escrita e o tempo presente da leitura” além do “*aqui* daquele que escreve e o *aqui* daquele que lê” (ibid., p. 176). De modo geral, segundo Knack (2012, p. 176 [grifos da autora]), na enunciação do texto escrito o “alocutário (*tu*) depara-se com referências instauradas pelo locutor (*eu*) e, a partir de marcas formais no texto escrito, busca *re-constituir* os **sentidos** que aquele que escreveu buscou direcionar e afunilar”.

É por meio das noções de ato, situação e instrumentos do *aparelho formal da enunciação* que definimos aqui nosso procedimento de análise enunciativo. Tendo em vista o ato, no qual estão implicados locutor e alocutário, pensaremos em como se estabelece essa dupla relação enunciativa, que primeiro ocorre dentro do texto e, depois, na relação do texto com o leitor, durante o processo de leitura. No que se refere à situação, pensaremos em como se constrói a referência e de que forma uma leitura diacrônica pode interferir nesse processo de constituição de referência. Por fim, levando em consideração os instrumentos de realização do processo enunciativo, analisaremos justamente a presença dos índices específicos de pessoa dentro do texto e refletiremos sobre a forma como essas marcas impactam na leitura. A seguir, passamos à análise dos textos.

5 MOVIMENTOS ANALÍTICOS

Por ser central em nosso trabalho, o processo de análise dos textos só se sustenta se realizado por meio de uma metodologia adequada e bem definida. Portanto, nos capítulos anteriores, apresentamos a corrente teórica que adotamos nesta pesquisa e desenvolvemos um processo metodológico de análise centrado nessa teoria. É preciso, contudo, esclarecer que, apesar de compreendermos a enunciação por meio do ato, da situação e dos instrumentos que realizam o processo, temos em mente que esses elementos constitutivos não se isolam ou se apresentam em momentos distintos ao longo do texto. Muito pelo contrário: eles são indissociáveis e simultâneos. Conforme Knack (2012, p. 82), essa “separação” entre os elementos que, segundo Benveniste, constituem o processo enunciativo “se torna necessária e se justifica em termos metodológicos”, mas não altera o fato de que, na enunciação, todos os elementos estão implicados conjuntamente.

Sendo assim, não é factível nem adequado que, já em um primeiro momento, analisemos o texto diretamente por meio desses constituintes do processo enunciativo. Dessa forma, pensaremos a enunciação inteira como resultado desse processo e, ao longo da análise de cada texto, destacaremos a importância e a presença do ato, da situação e dos instrumentos para construção do enunciado. Portanto, primeiro faremos uma análise mais abrangente e superficial para, em seguida, determo-nos em cada constitutivo do processo enunciativo determinado em nossa metodologia. Passamos, enfim, à análise dos textos selecionados.

Convém esclarecer que este capítulo de nosso trabalho organiza-se da seguinte forma: primeiro, determo-nos à análise do texto latino de Catulo, dedicando também um breve momento analítico à tradução de Vasconcellos (1991) acerca do texto em latim; em seguida, analisaremos a cantiga de Joan Garcia de Guilhade; mais tarde, perceberemos o texto de Carlos Drummond de Andrade sob um viés enunciativo; e, por último, ressaltaremos alguns apontamentos acerca da análise enunciativa dos textos compreendida diacronicamente. Dessa forma, buscaremos compreender *como as marcas de pessoa e não pessoa, presentes em textos líricos de diferentes momentos sincrônicos e relacionados à diacronia latim-português, produzem sentido na leitura ao se considerar a instância de discurso de atualização de tais formas e a situação enunciativa de cada texto.*

5.1 A lírica latina

Neste item de nossa pesquisa, detemo-nos à lírica latina, explorando o texto de Catulo e, também, a tradução desse escrito realizada por Vasconcellos (1991). Reiteramos que, nesse caso, a tradução se faz necessária para maior compreensão do texto latino. Sendo assim, refletindo sobre os desdobramentos da teoria benvenistiana mencionados anteriormente (Cf. item 3.3), realizaremos alguns apontamentos enunciativos relacionados à tradução fornecida. Sem mais demoras, passamos aos textos!

5.1.1 *O original latino*

O primeiro texto a ser analisado é o poema de Catulo, mais precisamente o poema de número 51 do primeiro conjunto de textos do poeta. Convém ressaltar que, para a análise que aqui pretendemos realizar, não é interessante que nos detenhamos em questões relativas à métrica de texto. Nosso trabalho tem o enfoque sobre o texto escrito como um todo e é a partir desse enunciado que realizamos a análise. Transcrevemos na sequência, à esquerda, o poema selecionado. Para fins metodológicos, inserimos ao lado, à direita, a tradução em língua portuguesa, a qual também será analisada posteriormente. Os textos foram extraídos da obra *O Cancioneiro de Lesbíia*, elaborada por Vasconcellos (1991, p. 48):

[segue a próxima página]

LI

Ille mi par esse deo uidetur,
 Ille, si fas est, superare diuos,
 Qui sedens aduersus identidem te
 Spectat et audit

Dulce ridentem, misero quod omnis
 Eripit sensus mihi; nam simul te,
 Lesbia, aspexi, nihil est super mi
 Vocis in ore,

Lingua sed torpet, tenuis sub artus
 Flamma demanat, sonitu suo
 Tintinat aures, gemina teguntur
 Lumina nocte.

Otium, Catule, tibi molestum est;
 Otio exultas, nimiumque gestis.
 Otium et reges prius et beatas
 Perdidit urbes.

51

Ele me parece semelhante a um deus,
 Ele, se não é sacrilégio dizer, supera os deuses
 O homem que, sentado diante de ti, muitas vezes
 Contempla-te e ouve-te

Sorrindo docemente, o que arrebatava a mim infeliz,
 Todos os sentidos, pois assim que te
 Vejo, Lésbia, nem um fio de voz
 Resta em minha boca,

A língua, porém, se paralisa, uma chama sutil
 Se espalha pelos meus membros; com ruído interno
 Tintinam os ouvidos, os olhos se cobrem
 Com dupla noite.

O ócio, Catulo, te faz mal;
 No ócio te exaltas e te excitas demasiadamente.
 O ócio, outrora, a reis e prósperas
 Cidades levou à ruína.

Dividido em quatro estrofes, cada uma com quatro versos, o texto de Catulo é rico em linguagem poética, apresentando figuras de linguagem como metáforas e efetuando analogias. O poema é uma exaltação de amor à Lésbia, musa inspiradora do autor, a qual, nesse texto, é responsável por arrebatá-lo, distorcendo seus sentidos e suas percepções acerca do mundo. Enquanto o *eu lírico* é completamente afetado pela presença de Lésbia e pelo sentimento que nutre por ela, há um outro alguém, um *Ille*, que pode contemplar Lésbia, que sorri e que se deleita diante da presença da mulher.

De modo geral, o poema apresenta um *eu lírico* que, ao longo de seu processo enunciativo, postula diferentes alocutários. Nas primeiras duas estrofes, dirige-se à Lésbia, marcando de diferentes formas essa intersubjetividade. Na última estrofe, contudo, Catulo faz um apelo a si mesmo e repreende-se por ser ocioso e dedicar tempo demais às suas elucubrações sentimentais. Passamos agora a uma análise mais detalhada do texto em relação ao processo enunciativo.

Acerca do ato enunciativo, em que se implicam locutor e alocutário, temos uma interessante relação intersubjetiva em jogo. O locutor, Catulo, produz um texto escrito, materializando o uso da língua no plano gráfico e postulando um alocutário idealizado, o qual não pode “tomar a palavra” e enunciar-se. O que temos nesse processo é, portanto, o

que Knack (2012, p. 176) descreve como “uma disjunção *eu/tu*”, uma característica do texto escrito, que insere locutor e alocutário em circunstâncias enunciativas distintas.

No que diz respeito à situação e formulação de referências ao longo do texto, podemos destacar a necessidade de situar o enunciado no espaço e no tempo no qual fora produzido. Se uma enunciação é um ato sempre inédito, único e singular, ele está ligado ao contexto de espaço e tempo no qual se insere. Nesse sentido, é preciso levar em consideração que estamos lidando com um texto produzido há mais de vinte séculos atrás, fato que afeta nossa percepção acerca do enunciado.

Em sua tese de doutoramento, Jane Naujorks (2011, p. 10) afirma que ler “significa também ser autor, coautor do texto”. Nesse sentido, o leitor precisa atribuir sentido ao texto, isto é, co-referenciar. Essa co-referenciação só ocorre no processo enunciativo da leitura, tendo em vista que o alocutário não está presente no momento em que se dá a enunciação escrita. Sendo assim, para que, como leitores, possamos construir referências ao longo do texto, convém conhecer melhor a obra do poeta por meio das leituras e trabalhos referentes a sua obra.

Saber que parte da lírica de Catulo apresenta Lésbia como a musa inspiradora e alocutária idealizada de seu enunciado é fundamental para a interpretação dos textos do poeta, mas essa compreensão só é possível se compreendemos os contextos de produção dos enunciados. Temos aqui reiterada noção de dependência e de vínculo que há entre o sujeito, seu enunciado e a sociedade na qual se inserem e que ajudam a consolidar.

Dentre os elementos que permitem o funcionamento enunciativo do texto apresentados por Benveniste, as noções e funções denotadas e desempenhadas pelos instrumentos enunciativos são de suma importância para esta pesquisa. É justamente por meio desse aspecto que podemos refletir sobre o funcionamento das marcas de pessoa e não pessoa ao longo do texto.

Nesse sentido, podemos destacar a primeira estrofe do poema, na qual o *eu lírico*, já de início, marca-se no texto no primeiro verso, ao utilizar a palavra *mi*, a forma declinada do pronome pessoal *ego*, traduzida por Vasconcellos como “me parece”. Esse elemento evidencia presença do locutor, que se coloca no texto explicitando a pessoa subjetiva.

Esse locutor, por sua vez, prevê um alocutário idealizado. Percebemos essa projeção do alocutário ainda na primeira estrofe, pois a presença de *te*, forma do pronome pessoal *tu*, evidencia a existência de um diálogo que postula a presença de um alocutário. O discurso, então, dirige-se a alguém. É na segunda estrofe que o uso do vocativo *Lesbia* materializa e evidencia o alocutário idealizado, a musa inspiradora do locutor.

Não podemos afirmar que Catulo dirige-se somente à Lésbia quando produz seu enunciado, até porque não compartilhamos das condições enunciativas de produção do texto escrito, tampouco temos certeza da existência da musa do poeta. O que essas marcas denunciam, para nós, é a necessidade da presença do outro, de um *tu* (seja este real ou não), reforçando a intersubjetividade como condição fundamental do processo enunciativo.

Outro elemento do texto que merece atenção é a presença vocábulo pronominal. Trata-se da primeira palavra do texto, o pronome *Ille*. O *Dicionário Escolar Latino-Português*, organizado por Ernesto Faria (1962), define esse vocábulo como um pronome demonstrativo, o qual “designa aquele que está mais longe com referência a quem fala” (FARIA, 1962, p. 465). É esse demonstrativo latino que, no português, originou os chamados pronomes pessoais de terceira pessoa — ele(s), ela(s). Em Latim Clássico, contudo, não há uma marca definida para essa categoria, não existe o que a gramática tradicional da língua portuguesa nomeia como pronomes pessoais de terceira pessoa, aquilo que Benveniste entende como não pessoa.

Retomamos aqui as palavras de Cardoso (Cf. item 4.1), que afirma que a lírica de Catulo é calcada nas marcas de oralidade. Percebemos, portanto, marcas de mudança da língua, tendo em vista que Catulo se utiliza, em um texto escrito, de uma forma não clássica, que fugia às normas gramaticais da época, mas que podia ser uma constante no uso cotidiano e coloquial da língua. Esse uso evidencia a contínua transformação idiomática que será mais explorada em nosso estudo quando pensarmos na relação diacrônica presente nos textos analisados.

É relevante pensar ainda mais sobre essa marca de não pessoa, refletindo sobre as funções exercidas pelo elemento ao longo do texto. Não sabemos ao certo a quem Catulo refere-se quando utiliza o pronome demonstrativo com função de marca de não pessoa. E talvez seja justamente esse o efeito almejado pelo poeta: criar um distanciamento intersubjetivo. Ao colocar lado a lado as formas *Ille* e *mi*, o locutor contrapõe as formas de não pessoa e pessoa, respectivamente, salientando a distância existente entre o homem (*Ille*) que está diante de Lésbia e ele próprio (*mi*), que a ama de longe.

Esse contraste entre *ego* e *ille*, entre o *eu lírico* e a não pessoa, manifesta-se de outras formas ao longo do texto. *Ille* é visto como um semelhante a um deus (*par esse deo*), capaz até de superar (*superare diuos*) essas entidades que são, por natureza, superiores a todos os mortais. O *eu lírico*, por sua vez, é retratado como infeliz (*misero*). *Ille*, sorrindo docemente (*Dulce ridentem*), é capaz de ouvir e contemplar Lésbia (*te spectat et audit*), enquanto o *eu*

lírico perde a voz (*nihil est super mi vocis in ore*), tem a audição confundida (*Tintinant aures*) e a visão tomada pela escuridão (*teguntur [...] nocte*).

Há, portanto, um evidente distanciamento entre *ego* e *ille*, demarcado em diferentes aspectos do processo enunciativo. Benveniste (1966/1995, p. 254), em “Estrutura das relações de pessoa no verbo”, afirma que, às vezes, a não pessoa é utilizada na interlocução quando se quer elevar o interlocutor “acima da condição de pessoa e da relação de homem a homem”. Evidentemente, nesse texto, a não pessoa não se constitui como interlocutor, visto que o *eu lírico* dirige-se à Lésbia; contudo, podemos perceber essa “elevação” de *ille* a alguém acima da condição de pessoa a partir do momento em que esse outro é comparado a um deus e está em uma condição muito mais favorável do que a do locutor.

O uso do demonstrativo latino como pronome de não pessoa é fundamental para o estabelecimento de um distanciamento poético que, gradualmente, vai sendo dissolvido pelo *eu lírico*. Essa aproximação do *eu lírico* é marcada pelo uso de pronomes de primeira e segunda pessoas nas passagens que seguem o uso do demonstrativo, nas primeira e segunda estrofes.

É na última estrofe do poema, contudo, que há o que nos parece ser o movimento enunciativo mais interessante desse texto. Catulo utiliza-se de um vocativo para postular-se como alocutário de si mesmo. Vasconcellos (1991), na introdução de seu livro, já mencionado neste trabalho, afirma que “no jogo literário, [...] *Catullus* é um dos fios da trama fingida pela linguagem poética. *Ego* é uma *persona*, máscara sob a qual não se encontrará obrigatoriamente a pessoa física do autor” (VASCONCELLOS, 1991, p. 26). O autor ainda complementa, citando Paul Veyne: “Catulo tomou, como nome de teatro, seu próprio nome de Catulo” (VEYNE apud VASCONCELLOS, 1991, p. 26).

Podemos relacionar esse efeito de linguagem, o ato de evocar a si mesmo, tomando o *eu* como *tu* do enunciado, com uma fala de Benveniste. Em “O aparelho formal da enunciação”, Benveniste (1974/1989) menciona casos em que ocorre uma transposição do diálogo em monólogo “onde EGO ou se divide em dois, ou assume dois papéis, presta-se a figuras ou a transposições psicodramáticas: conflitos do ‘eu profundo’ e da ‘consciência’, desdobramentos provocados pela ‘inspiração’” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 88).

Em nossa leitura, é isso que parece acontecer aqui. Catulo demonstra um fazer literário complexo e profundo ao criar um *eu lírico* que é uma versão literária de si mesmo, mas não propriamente o autor real. Para duplicar esse *ego*, o autor evoca-se, postulando-se como alocutário e criando, por assim dizer, um outro *eu*. Ao aconselhar para si próprio sobre os perigos do ócio (*otium tibi molestum est*) Catulo utiliza-se de uma *asserção*, elemento do

aparelho de funções (ver item 3.1.3 deste trabalho) que, nesse contexto, apresenta um tom de aconselhamento. Esse tipo de recurso, segundo Benveniste, implica “uma relação viva e imediata do enunciador ao outro numa referência necessária ao tempo da enunciação” (ibid., p.86). Logo, esse recurso linguístico salienta o efeito de diálogo com o próprio *ego* presente no texto.

Neste texto, percebemos e concluímos que as marcas de pessoa e não pessoa desempenham um papel fundamental no jogo literário, auxiliando na constituição da referência e denotando importantes ideias demonstradas pelo *eu lírico*. Notamos também o quanto importante é levar em consideração a instância enunciativa na qual o enunciado é produzido e lido, percebendo de que forma essas diferentes circunstâncias relacionam-se e afetam a compreensão do texto. A seguir, faremos algumas considerações acerca da tradução apresentada por Vasconcellos (1991), porque julgamos que esse texto constitui nosso *corpus* e é fundamental para a elaboração dessa pesquisa. Tendo em vista que não aprofundamos nossa discussão sobre uma teoria da tradução do ponto de vista enunciativo, contudo, limitamo-nos a apresentar alguns apontamentos mais gerais sobre a tradução.

5.1.2 O texto traduzido

Acreditamos que, a partir do momento em que nos propusemos a apresentar neste trabalho um texto escrito em latim, propusemo-nos, também, a apresentar uma tradução desse escrito. Tratar o texto traduzido como um simples “intermediário” entre o original de Catulo e o leitor desta pesquisa é, no mínimo, contraditório se levarmos em consideração a corrente teórica adotada neste trabalho. Por isso, optamos por tratar a tradução de Vasconcellos como um discurso oriundo de ato de enunciação de Catulo, constituindo, também, um objeto de análise. Evidentemente, tendo em vista que as noções enunciativas acerca da tradução não foram aprofundadas, limitaremos-nos a uma análise mais simples, mas completa o suficiente para demonstrar a importância desse deslocamento.

Vasconcellos (1991), na obra que utilizamos neste trabalho, seleciona e traduz alguns poemas escritos por Catulo. Antes desses textos, contudo, o autor situa o poeta o latino, contextualizando sua obra e sua época de forma detalhada e exímia. Há, portanto, um grande esforço por parte do tradutor que precisa, na leitura do texto original, compreender da melhor forma possível as instâncias enunciativas nas quais os poemas foram produzidos. É um trabalho de enorme complexidade, porque lida com a impossibilidade de ter acesso às

mesmas referências do locutor do texto, ao mesmo tempo em que se precisa re-enunciar o sentido global resultante da relação forma/sentido do domínio semântico.

Torna-se complexo analisar a tradução de Vasconcellos através das noções de ato, situação e instrumentos, porque a tradução, segundo Rosário (2012) configura-se como “uma forma complexa do discurso, visto que, de um lado, no original, temos as marcas do sujeito autor do texto e, de outro, temos, do mesmo, a inscrição do sujeito tradutor que, ao traduzir, marca-se em seu dizer, re-enunciando, em sua própria língua, o semantismo do original” (ROSÁRIO, 2012, p. 69).

E é exatamente isso que acontece. Anteriormente nesta pesquisa, vimos que, quando discorre sobre os níveis de análise linguística, Benveniste coloca a frase como último nível, definindo-a como unidade do discurso e afirmando que “a frase contém signos, mas ela é mesmo um signo” (BENVENISTE, 1966/1995, p. 138). Ou seja, a frase, língua transformada em discurso, possui um sentido que está para além das formas que a compõem. Há nessa ideia uma importante noção, que evoca as definições de domínios semiótico e semântico apresentadas em “A forma e o sentido na linguagem”.

Segundo Benveniste, “pode-se transpor o semantismo de uma língua para outra, [...] é a possibilidade da tradução; mas não se pode transpor o semioticismo de uma língua para o de uma outra, é a impossibilidade da tradução” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 233). Ao tradutor, cabe depreender esse semantismo e transpassá-lo para a língua a ser traduzida. Isso faz com que a tradução dependa, portanto e antes de tudo, de um ato de leitura. E é isso que precisamos considerar ao pensar sobre a tradução de Vasconcellos.

Quando apresenta o ato de ler sob o ponto de vista enunciativo, Naujorks (2011) afirma que a leitura é um ato de interpretação, entendido como um processo de re-constituição de um sentido. Esse sentido, reconstituído pelo leitor, não coincide integralmente com as representações do locutor do texto, por razões que aqui já exploramos. O leitor, segundo a autora, “reconstitui o sentido a partir de indicações presentes no texto, mas não se reduz a elas” (NAUJORKS, 2011, p. 49). Isso acontece porque, para além das indicações presentes no texto, há, envolvido no processo enunciativo, marcas de um tempo e um espaço que se tornam inalcançáveis para quem não está presente no momento da enunciação.

Eis aí pontos importantíssimos. Partindo da leitura, o tradutor re-constitui sentidos, apropriando-se do texto e das noções eu-tu-aqui-agora presentes no enunciado. Em seguida, ao traduzir, o tradutor re-enuncia o semantismo do enunciado original em seu idioma,

marcando-se nesse texto. A partir de agora, tentaremos desvendar esse fazer tradutório presente no texto de Vasconcellos.

Para Rosário (2012, p. 70), em um estudo enunciativo sobre tradução, “é preciso identificar as figuras envolvidas na enunciação tradutória e quais são as formas (recursos da língua) [...] das quais o sujeito tradutor se apropria em sua ‘enunciação escrita’”. Levando em consideração o ato enunciativo, o qual implica locutor e alocutário, consideremos que, no caso da tradução, umas das melhores formas de perceber a presença da figura do tradutor como locutor do texto escrito é pensar nas notas que ele fornece ao leitor.

Nesse sentido, julgamos importante mencionar uma importante nota do autor. Vasconcellos (1991, p. 101) menciona que, ao utilizar as formas *Ille* e *mi*, Catulo apresenta uma “enunciação em sequência de dois pronomes”, a qual “realça a contraposição entre a primeira e a terceira pessoa da elocução”. Para o autor, nesse uso, “Catulo elabora poeticamente uma possibilidade usual da língua” (ibid., p. 101). Essa nota de Vasconcellos é interessante por diferentes razões: primeiro, por revelar, pela presença da palavra “enunciação”, que o autor levou em consideração o processo enunciativo a partir do qual o poema foi produzido; segundo, por apresentar uma justificativa para o uso da palavra “Ele” na tradução em português. Vasconcellos, como tradutor, percebeu que a “possibilidade usual da língua” precisava ser refletida em vocábulos usuais do português, de modo que mantivesse, de algum modo, o propósito de Catulo, primeiro locutor desse texto.

Outra nota do autor permite-nos refletir acerca da situação enunciativa na qual o enunciado enquadra-se. Ressaltamos que é por meio dessa situação que se constitui a referência. Vasconcellos (1991) traduz a expressão *si fas est*, no segundo verso, como “se não é sacrilégio dizer”; contudo, em uma nota, o autor afirma que é preciso justificar sua tradução, informando que “*fas* é o que é permitido pela lei dos deuses, ou, etimologicamente, a manifestação da palavra divina” (VASCONCELLOS, 1991, p. 102). Ora, o tradutor entende que a palavra latina, na época de Catulo, possuía um sentido que hoje já não se encontra representado em nossa língua. Assim, ele re-enuncia o discurso, mudando signos, mas procurando manter o semanticismo do discurso.

Sobre essa relação entre domínios semiótico e semântico e a forma como esses elementos articulam-se na tradução, convém ainda destacar um trecho presente na terceira estrofe do poema. Catulo escreve a seguinte passagem: *tenuis sub artus flamma demanat*, a qual é traduzida por Vasconcellos como “uma chama sutil se espalha pelos meus membros”. O interessante, nessa passagem, é que o pronome possessivo “meus”, escrito por Vasconcellos, não aparece no texto original. O tradutor, portanto, marca-se no texto ao

utilizar uma palavra que não estava no primeiro enunciado. Esse vocábulo, por sua vez, revela a compreensão e a interpretação textual efetuada por Vasconcellos no processo de leitura e de tradução. O tradutor, ao entender que os membros (*artus*) pertencem ao *eu lírico*, opta por acentuar essa subjetividade. Acreditamos que esse acontecimento reitera a noção de que o domínio semântico é que está em jogo no ato tradutório, de modo que, no discurso re-enunciado pelo tradutor, haverá marcas desse todo que é significado na enunciação primeira e original.

Vale ressaltar também que, em outros momentos, contudo, o tradutor esforça-se para, de alguma forma, remeter aos signos utilizados pelo poeta latino. Podemos perceber isso na tradução do início do primeiro verso do texto. Vasconcellos (1991) traduz *Ille mi par esse* para “Ele me parece”, mantendo uma estrutura morfológica (e fonológica) muito semelhante entre o original latino e sua tradução.

Com as considerações apresentadas nesta análise, esperamos ter evidenciado, de algum modo, a complexidade que envolve o processo tradutório, quando observado do ponto de vista enunciativo. A seguir, avançaremos alguns séculos no tempo, analisando a cantiga de Joan Garcia de Guilhade, escrita por volta século XIII de nossa era.

5.2 A lírica medieval

Foi por volta do século XI que o movimento trovadoresco tomou conta do cenário artístico do Reino de Portugal. Forma popular de literatura, as cantigas trovadorescas eram compostas por um trovador e cantadas por um jogral. Os últimos registros de textos trovadorescos datam de meados do século XV, mas acredita-se que o auge do movimento tenha ocorrido durante o século XIII, pois é dessa época o maior número de textos e autores registrados.

Conforme Moisés (1966, p. 18), “a poesia é o melhor que oferece a Literatura portuguesa”. O autor ainda menciona a dificuldade de estabelecer uma origem certa para esse movimento, destacando que ele pode ter sido originado pela cultura popular, relacionando-se também com a poesia latina e com os textos litúrgicos desenvolvidos e incentivados pela Igreja Católica. Independentemente da origem, o fato é que esses textos revelam muito de sua época, retratando costumes, pregando a moral e salientando importantes eventos de seu tempo. A poesia trovadoresca abordava diferentes temas, mas há uma categorização tradicional dos textos oriundos dessa época, a qual divide os textos em líricos amorosos e

líricos satíricos, categorias que compreendem, respectivamente, as cantigas de amor e de amigo e as cantigas de escárnio e maldizer.

Evidentemente, na época em questão, não havia recursos abundantes para impressão. Os textos de período que chegaram até nós pertencem basicamente a alguns compêndios de cantigas. Mais especificamente, há três obras principais: o *Cancioneiro da Ajuda*, que apresenta 310 cantigas, quase todas de amor; o *Cancioneiro da Vaticana*, que contém 1205 cantigas de todos os quatro tipos; e o *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, que conta com 1647 cantigas, também de todos os tipos. Os versos, em sua maioria, são escritos no que hoje entendemos como galego-português, fase do idioma que revelava uma unidade linguística entre os povos da Galiza e de Portugal.

O texto que analisaremos neste trabalho data do século XIII e fora escrito por Joan Garcia de Guilhade. Esse texto consta na obra *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, identificado como a cantiga de número 743, além de estar presente no *Cancioneiro da Vaticana* como a cantiga de número 345. Transcrevemos o texto a seguir inserindo, também, nas notas de rodapé, algumas noções de vocabulário que podem ser úteis ao leitor. O texto e as notas acerca do vocabulário foram extraídos da obra *Joan Garcia de Guilhade: cantigas (século XIII)*, publicada em 2014 e organizada por Iba Mendes. Vejamos:

[segue a próxima página]

Quer'eu, amigas, o mundo loar²
 por quanto ben m'í³ Nostro Senhor fez:
 fez-me freiosa e de mui bon prez⁴,
 ar⁵ faz-mi meu amigo muit'amar:
 aqueste⁶ mundo x'est'a melhor ren⁷
 das que Deus fez a quen el i faz ben.

O paraíso bõo⁸ x'é, de pran⁹,
 ca¹⁰ o fez Deus, e non digu'eu de non,
 mai-los amigos, que no mundo son,
 e amigas muit'ambos lezer han¹¹:
 aqueste mundo x'est'a melhor ren
 das que Deus fez a quen el i faz ben.

Querría-m'eu o paraís'haver,
 des que morresse, ben come quen quer¹²,
 mais, poi-la dona seu amig'oer¹³
 e con el pode no mundo viver,
 aqueste mundo x'est'a melhor ren
 das que Deus fez a quen el i faz ben.

E quen aquesto non tever por ben
 ja nunca lhi Deus dé en ele ren.

Escrito no século XIII, o texto de Joan Garcia de Guilhade, de acordo com o que já fora mencionado neste trabalho, é categorizado como uma “cantiga de amigo”. Esse gênero textual apresenta um *eu lírico* feminino que discorre sobre o amor que sente em relação ao seu amado, um homem. Segundo a tradição, apesar da visão da mulher conduzir o poema, era um autor do sexo masculino que se configurava como o autor real.

² louvar

³ aí

⁴ preço, valor, mérito

⁵ também

⁶ este

⁷ coisa

⁸ bom

⁹ certamente

¹⁰ pois, porque

¹¹ “*mai-los amigos, que no mundo son, e amigas muit'ambos lezer han*”: mas os amigos (os namorados) que são verdadeiramente amigos, muito prazer têm ambos.

¹² “*bem come quem quer*”: como qualquer pessoa.

¹³ “*mais, poi-la dona seu amig'oer*”: mas, desde que a dona tenha o seu amigo.

No exemplar apresentado, o *eu lírico* apresenta o mundo terreno como melhor lugar possível quando Deus concede o bem aos seres que nele vivem. Esse *bem* é definido pela formosura e o valor, características da donzela que são as prováveis razões do *amigo muit' amar*. Já o paraíso, que para a moça possui um valor muito positivo e inquestionável, ofusca-se perto da felicidade alcançada pelos amantes neste mundo. De certo modo, é como se o amor dos apaixonados os projetasse no próprio paraíso.

Para pensar o ato enunciativo neste texto, precisamos levar em consideração que o locutor se coloca como *eu* já no primeiro verso, bem como postula o alocutário. É, novamente, por meio do vocativo (*amigas*) que *tu* é definido no enunciado. A marca que define o alocutário não se apresenta mais nenhuma vez ao longo do texto; as que definem o locutor, contudo, mostram-se por todo o escrito, como veremos mais adiante ao tratarmos dos instrumentos de realização do processo enunciativo.

Vale ressaltar aqui, contudo, a importância da intersubjetividade para a constituição do enunciado. Já vimos neste trabalho que “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução, ela postula um alocutário” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 84). Sendo assim, nesse texto, a presença de um interlocutor idealizado, mesmo que fictício, é fundamental para a demarcação da subjetividade e da intersubjetividade do processo enunciativo. Mais do que isso, esse elemento permite-nos depreender mais informações acerca do *eu lírico*.

Para refletir sobre isso, precisamos levar em consideração a categoria de texto na qual a cantiga se encontra e as características desse gênero textual. Nas cantigas de amigo, sabemos que há um *eu lírico* que é feminino, o qual geralmente discorre sobre o amor que sente para com o seu amado. Portanto, se conhecemos as características do gênero estudado, percebemos que não há surpresa nenhuma em relação ao que se apresenta no texto que analisamos. É fundamental, contudo, entender como esses elementos constituem-se ao longo da cantiga, pois há marcas que evidenciam esse processo intersubjetivo.

Há dois elementos ao longo do texto que reforçam o fato de o *eu lírico* representar a voz de uma mulher: o primeiro, no terceiro verso da primeira estrofe, é flexão de gênero na palavra *fremosa*; o segundo é vocábulo *dona*, no terceiro verso da terceira estrofe. É, contudo, pelo uso do vocativo *amigas*, já no primeiro verso, que se configura um dos maiores recursos de caracterização do *eu lírico* feminino presente na cantiga cantiga. No gênero textual a que pertence o exemplar selecionado, o alocutário idealizado manifesta-se, geralmente, de duas formas: como *amigas*, ou como elementos da natureza (flores, árvores, ondas do mar etc.). Benveniste (1966/1995, p. 286) ensina-nos sobre a relação profunda existente entre *eu* e *tu*, afirmando que “nenhum dos dois termos se concebe sem o outro, são complementares”. Essa

asserção fundamenta nossa análise, porque acreditamos que o fato de o locutor dirigir-se a amigas colabora para a definição do *eu lírico* como representação de uma voz feminina. Há contudo, outros elementos que evidenciam a subjetividade presente no texto. Para discorrer sobre isso, é preciso pensar o processo enunciativo como constituído também por uma situação específica de enunciação.

Sabemos que, dado o enunciado, cabe ao alocutário co-referir os sentidos referidos pelo locutor. Nesse processo, as circunstâncias de tempo e de espaço, bem como a noção de não pessoa, mostram-se fundamentais. Dessa forma, convém deixar claro que o texto analisado foi escrito no século XIII da nossa era, em plena Idade Média, época em a Igreja Católica detinha grande poder de influência sobre as produções artísticas e culturais da Europa. Nesse sentido, é preciso pensar sobre a construção de referências ao longo do texto.

O uso do vocativo *amigas* e a presença um de *amigo* genéricos ao longo de todo o enunciado serve justamente para criar uma espécie de vazio referencial que deve ser preenchido pelo leitor. Quantos leitores não poderiam identificar nas palavras do *eu lírico* suas próprias angústias, anseios e expectativas? Vimos que, para Benveniste, a não pessoa “tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por *eu*” (ibid., p. 292). Nesse aspecto, esse *amigo*, que designa o amado do *eu lírico*, é uma não pessoa, ausente do processo enunciativo, mas que desempenha uma importante função na determinação e na caracterização do *eu lírico* do texto, auxiliando na construção da subjetividade.

Há, também, uma outra presença da não pessoa ao longo do texto. Mais concreto e específico, esse elemento é um importante determinante para a compreensão do texto. Trata-se da referência a *Deus*. É essa não pessoa, grafada com letra maiúscula característica de um nome próprio e presente em todas as estrofes do enunciado, que nos fornece um interessante tom para a cantiga. Dentre as muitas possibilidades de constituição de referência, a de Deus parece ser a única que se estabelece com maior firmeza ao longo do enunciado, evidenciando um aspecto importante sobre o contexto temporal no qual se enquadrava o texto em sua enunciação.

Essa interpretação de que a referência ao *amigo* e o diálogo estabelecido com as *amigas* colaboram para o estabelecimento do gênero assumido pelo *eu lírico* ganha mais força se levarmos em conta o contexto de produção do enunciado, marcado pelo fundamentalismo e pelos dogmas católicos. Levando em consideração essa relação de *aqui* e *agora* na qual o discurso é produzido, dificulta, por exemplo, a interpretação de que o *eu lírico* é um homem, o qual declara seu amor para outro homem. Temos aqui mais uma

evidência de que, conforme vimos em Naujorks (2011) e Knack (2012) a leitura é, sim, um processo enunciativo novo, situado em uma circunstância de tempo e espaço que é capaz de reconfigurar o sentido de uma primeira enunciação.

Ainda precisamos pensar sobre os instrumentos realizadores do processo enunciativo que se manifestam nesse texto. Já mencionamos nesta análise os mecanismos linguísticos utilizados para postular o alocutário, nesse caso, o uso do vocativo. Ao longo do texto, o locutor marca-se em diferentes momentos. Já no primeiro verso da cantiga, o *eu* se apresenta, dando evidência a quem produz a elocução. Depois, há também outras marcas linguísticas que remetem ao eu já enunciado, é o caso, por exemplo, dos pronomes possessivos *meu* e *Nostro*. Este último merece ainda maior destaque, porque a expressão *Nostro Senhor* evidencia que o *eu lírico* não só adere à fé hegemônica do período, como também pressupõe essa postura do alocutário (ao incluí-lo na primeira pessoa do plural).

Ressaltamos também a flexão dos verbos no tempo presente. Para Benveniste, “o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o “agora” e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 85). Acreditamos que o uso do presente no texto revela o tempo da enunciação e colabora para que seja desencadeada uma continuidade temporal, que imprime no leitor a presença do locutor no ato de produção do discurso.

Sobre esse texto, também podemos destacar o uso de *ele*, no último verso da cantiga. Esse pronome, que no texto e na época de Catulo exercia uma função de demonstrativo, já aparece na cantiga de Joan Garcia como pronome de terceira pessoa. Evidencia-se aqui uma marca de transformação do idioma. Para além do vocábulo mencionado, nesse texto, há outras marcas linguísticas que deixam claro o momento de transição entre o latim e o que conhecemos hoje como língua portuguesa. Mais adiante em nosso trabalho, quando observarmos os textos diacronicamente, trataremos sobre esses elementos que deixam transparecer a transformação do idioma ao longo do tempo. Agora, passaremos à análise de nosso último texto, o “Poema de Sete Faces”, de Carlos Drummond de Andrade.

5.3 A lírica moderna

O terceiro e último texto que analisaremos neste trabalho é um poema de Carlos Drummond de Andrade. Diferentemente do que ocorre com a obra de Catulo e a cantiga medieval selecionada para este trabalho, há vasta produção bibliográfica acerca da poesia de Drummond. Segundo Gonzaga (2004), Drummond é “considerado, quase unanimemente, o

maior poeta brasileiro de todos os tempos. [...] Com ele, a poesia lírica se constituiu em maneira de pensar originalmente o indivíduo e a história [...]" (GONZAGA, 2004, p. 327).

A obra do poeta destaca-se pela multiplicidade de temas abordados, por apresentar uma complexa visão de mundo e pela presença de uma linguagem inventiva e portadora de uma eficiente capacidade de sugestão. O texto selecionado para esta análise não é apenas mais um dentre as centenas de textos produzidos pelo poeta. O "Poema de Sete Faces" é poema que abre a primeira antologia de textos publicada pelo poeta. É a partir dessa obra que transcrevemos o texto a seguir (ANDRADE, 1930/2007, p. 06):

[segue a próxima página]

Poema de sete faces

Quando nasci, um anjo torto
 desses que vivem na sombra
 disse: Vai, Carlos! ser gauche na vida.

As casas espiam os homens
 que correm atrás de mulheres.
 A tarde talvez fosse azul,
 não houvesse tantos desejos.

O bonde passa cheio de pernas:
 pernas brancas pretas amarelas.
 Para que tanta perna, meu Deus, pergunta meu coração.
 Porém meus olhos
 não perguntam nada.

O homem atrás do bigode
 é sério, simples e forte.
 Quase não conversa.
 Tem poucos, raros amigos
 o homem atrás dos óculos e do bigode,

Meu Deus, por que me abandonaste
 se sabias que eu não era Deus
 se sabias que eu era fraco.

Mundo mundo vasto mundo,
 se eu me chamasse Raimundo
 seria uma rima, não seria uma solução.
 Mundo mundo vasto mundo,
 mais vasto é meu coração.

Eu não devia te dizer
 mas essa lua
 mas esse conhaque
 botam a gente comovido como o diabo.

Convém mencionar que é possível encontrar, com certa facilidade, distintas análises acerca do texto selecionado. Parece haver, contudo, um consenso de que, em seus versos, o *eu lírico* percorre um caminho e evidencia uma passagem temporal, como se, de alguma forma, representasse a própria vida de Drummond ao longo das estrofes.

Na primeira estrofe, temos o nascimento do poeta que, conforme o que é dito pelo anjo torto, já nasce predestinado a ser *gauche* na vida. A palavra é francesa e significa “esquerdo”, mas nesse texto assume uma conotação mais pejorativa. Ser *gauche* é ser desajeitado, fadado às inconstâncias e ao fracasso.

Na segunda estrofe temos uma passagem que pode representar a infância e a adolescência do poeta, época marcada pelo aflorar dos desejos e a descoberta da sexualidade. Essas volúpias, tão fortes, impedem o *eu lírico* de perceber outros elementos do cotidiano. Ainda há, também, a questão regional: quando menciona que as “as casas espiam os homens”, o poeta parece nos oferecer um retrato do conservadorismo interiorano no qual passou parte de sua vida.

A terceira estrofe, por sua vez, contrasta o interior com o mundo urbano ao apresentar o bonde repleto de pessoas. O *eu lírico*, contudo, fadado a ser *gauche* na vida, olha para baixo, tímido e introspectivo, observando toda aquela gente, todas aquelas pernas, em silêncio.

As estrofes seguintes já apresentam um homem mais velho, domado pelo tempo. Esse homem, que se esconde atrás do bigode, é sério, tem poucos amigos, sente-se solitário e cobra de Deus atenção.

Vale ressaltar que, nesse texto de Drummond, temos um importante diálogo com o texto bíblico. Essas referências manifestam-se de diferentes formas: na presença de palavras relacionadas a esse universo, tais como *anjo*, *Deus* e *diabo*; pela simbologia com o número sete, que se relaciona com os dias da criação; pelo uso de um trecho clássico na obra sagrada na quinta estrofe do texto. No final deste capítulo, quando pensarmos os textos diacronicamente, voltaremos a essa importante noção. Por enquanto, discorreremos sobre o texto de Drummond levando em consideração as ideias de ato, situação e instrumentos, as quais constituem o processo enunciativo.

Pensando a respeito do ato enunciativo, o qual pressupõe a presença de um *eu* que postula um *tu*, podemos destacar, em primeiro lugar, o início do poema. No primeiro verso, apesar de não existir uma marca pronominal de primeira pessoa, temos a presença do verbo nascer, que, flexionado no passado, indica um *eu* que o conjuga. Nesse instante, portanto, o *eu lírico* se coloca no texto.

Somente na terceira estrofe do texto é que há um alocutário explicitamente postulado. Isso não significa que não existia um alocutário antes, até porque a presença desse elemento é constitutiva para o ato enunciativo. É na terceira estrofe, porém, que o *eu lírico* dirige suas palavras a Deus. Por meio do vocativo, em diferentes estrofes, esse alocutário materializa-se ao longo do poema.

É preciso destacar um interessante recurso desenvolvido pelo autor na primeira estrofe do texto. Ao dar voz ao anjo torto, personagem de seu poema, Drummond coloca-se em uma posição de alocutário: “Quando nasci, um anjo torto [...] disse: Vai, Carlos! ser gauche na vida”. Em “O aparelho formal da enunciação”, Benveniste afirma que, na enunciação escrita, “o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 90). Eis aí, demonstrado na obra de Drummond, aquilo a que Benveniste referiu-se, uma característica da enunciação escrita que torna ainda mais complexo o estudo desse tipo de registro.

Na obra *As Astúcias da Enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*, Fiorin (1999, p. 46) afirma que esse tipo de enunciação dentro do texto escrito colabora para “criar um efeito de sentido de realidade, pois parece que a própria personagem é quem toma a palavra e, assim, o que ouvimos é exatamente o que ela disse”. É dada, portanto, uma enunciação fictícia que desempenha uma importante função dentro do texto.

Ao longo desta análise, vimos que cada enunciação está profundamente ligada a circunstâncias específicas de pessoa, espaço e tempo. Nesse sentido, na fala do “anjo torto”, temos uma circunstância de tempo fornecida pelo *eu lírico*, que situa a fala do anjo como dita no momento em que o *eu lírico* nasceu. Essa informação colabora para a construção do tal “efeito de sentido de realidade” mencionado por Fiorin, pois, afinal de contas, quem fala, fala algo a partir de um tempo e de um lugar específicos.

No que se refere à situação enunciativa, elemento que colabora para a constituição de uma referência, é preciso levar em conta a presença da não pessoa no poema. Apesar do *eu lírico* ser o grande protagonista desse texto, porque são suas experiências e sensações que são retratadas ao longo do poema, há, por vezes, uma transposição de pessoa para não pessoa realizada pelo autor. Isso acontece, principalmente, na quarta estrofe do poema, quando Drummond refere-se a um “homem atrás do bigode”. Ora, esse homem é o próprio *eu lírico* do texto, demarcado em todas as outras estrofes. Ainda segundo Fiorin (1999, p. 86), quando utiliza uma não pessoa para referir-se a si mesmo, “o enunciador se esvai de toda e qualquer subjetividade”, o que colabora para materializar o distanciamento retratado pelo *eu lírico*.

Ao longo do poema de Drummond, o *eu lírico* apresenta uma visão pessimista de si mesmo. Fadado a ser *gauche* desde o nascimento, em conflito com o mundo urbano e abandonado por Deus, esse personagem encontra no conhaque (última estrofe) um conforto. Acreditamos que, quando se retrata como uma não pessoa, o *eu lírico* reitera essa visão pessimista acerca de si, apagando sua subjetividade, não se reconhecendo como sujeito e tratando-se, portanto, como uma “coisa”.

Os instrumentos de realização que regem esse processo enunciativo são inúmeros. Já vimos neste item a presença do vocativo, referindo-se a Deus, por exemplo. O locutor, por sua vez, marca-se no texto de diferentes formas: por meio da flexão verbal, na primeira estrofe; na terceira, quinta, sexta e sétima estrofes, há a presença de pronomes pessoais e possessivos que remetem àquele que produz o texto. Esses elementos configuram o que entendemos como um aparelho de formas que a língua dispõe para a execução do processo enunciativo.

Sobre essa categoria, vale ainda ressaltar o uso dos verbos, predominantemente no presente, os quais criam um efeito de atualização da língua, de modo que *eu lírico* “cresce” ao longo do texto, pois nasce na primeira estrofe e já é um homem adulto na última. Destacamos, nesse sentido, o próprio título do texto: “Poema de sete faces”. As sete faces podem remeter-nos às diferentes fases da vida do *eu lírico*, que é um *eu* diferente em cada uma delas. Sabemos que a enunciação é um ato individual, inédito e irrepitível, logo, língua e locutor renovam-se a cada produção discursiva. Acreditamos que o título e a estrutura do texto, bem como os usos dos verbos e das marcas de pessoa colaborem para esse efeito de desenvolvimento e atualização contínua do *eu lírico* ao longo do texto.

Sobre o aparelho de funções anteriormente apresentado nesta pesquisa (ver item 3.1.3), podemos destacar, principalmente, a *intimação* realizada pelo anjo na primeira estrofe e a *interrogação* dirigida a Deus na quinta estrofe (a qual nos remete a um trecho do Novo Testamento). Esses elementos colaboram para a realização do processo enunciativo, desempenhando, cada um, uma função específica e importante e compondo o todo completo e indissociável que é o enunciado.

Evidentemente, inúmeras outras possibilidades de leitura e interpretação, mais ou menos aprofundadas, podem ser aplicadas ao texto lido. Acreditamos, contudo, que nossa análise até aqui evidencia, sob a luz da teoria enunciativa, a riqueza e a complexidade presente no texto de Drummond. A seguir, perceberemos os três textos diacronicamente, realizando algumas considerações enunciativas sobre os escritos.

5.4 Os movimentos enunciativos na diacronia

A epígrafe que abre este trabalho apresenta as palavras de Lucrécio, poeta e filósofo latino do século I a.C.. A frase selecionada é uma variação da máxima latina *ex nihilo nihil fit*, que, em tradução livre, diz que “nada é feito a partir do nada”. Aplicamos essa noção ao estudo da língua, à nossa percepção acerca da linguagem. Esse pensamento, de certa forma, permeia nosso trabalho:

ele nos parece estar incluso na máxima saussuriana, que foi apresentada no primeiro capítulo e que nos serviu de inspiração para o desenvolvimento desta pesquisa. Acreditamos nisto: há um *continuum* em relação à língua, o qual se apresenta em toda e qualquer manifestação discursiva, revelando um caminho, o percurso percorrido pela língua, o qual permite que ela seja tal como é.

Essa perspectiva, abertamente diacrônica, pode ser encarada como contraditória se levarmos em consideração que, de acordo com a teoria enunciativa de Benveniste, cada enunciação é única, singular, irrepetível e individual. Como unir, portanto, essas perspectivas? Se a abordagem teórica adotada ensina-nos a ver o enunciado como um produto sincrônico, vinculado a uma relação específica de pessoa, espaço e tempo, como pensar diacronicamente, por meio dessa mesma teoria, os textos que aqui apresentamos e analisamos? Encontramos uma possível resposta no trabalho de Silva (2007). Quando apresenta uma teoria enunciativa para a aquisição de linguagem, a autora diz:

Na verdade, acreditamos que cada ato enunciativo carrega as marcas de atos enunciativos anteriores, o que faz com que o locutor (criança), na história de suas enunciações, constitua a língua e, concomitantemente, seja por ela constituído. Em síntese: defendemos que cada locutor possui uma história de enunciações, por meio da qual constitui sua língua materna e o sistema de representações de sua cultura, estabelecendo-se, desse modo, como sujeito de linguagem. (SILVA, 2007, p. 267).

Aplicamos essa noção ao nosso trabalho, perguntando-nos: se Catulo não tivesse escrito seu texto, será que Joan Garcia, quase quinze séculos depois, teria composto sua cantiga? O texto de Drummond utilizado neste trabalho apresenta um diálogo com o texto bíblico, fazendo referência a determinada passagem do Novo Testamento. Se não tivesse tido acesso à bíblia, Drummond produziria seu “Poema de sete faces”? Catulo e Drummond, separados por mais de vinte séculos de história, utilizam recursos semelhantes para demarcarem-se no texto, postulando a si mesmos como alocutários. Há, por isso, uma relação entre os dois textos? Se os romanos, há mais de dois mil anos atrás, não começassem a escrever seus textos em Latim, estaríamos aqui agora, escrevendo e/ou lendo esta pesquisa?

Acreditamos, também, que cada texto escrito carrega em si marcas de textos anteriores, de leituras anteriores, de atos enunciativos que o precedem. Há, portanto, uma *história de enunciações*, a qual permite a continuidade e a renovação da língua a cada nova enunciação ao longo do tempo. Para nós, a ideia apresentada por Silva (2007) em seu trabalho sobre a aquisição da linguagem — a qual deslocamos aqui para o texto escrito — permite pensar os discursos como oriundos de enunciações anteriores.

A cantiga de Joan Garcia de Guilhade é, para nós, um texto que revela a transformação e, ao mesmo tempo, a unidade da língua ao longo do tempo. Palavras como *ren* (do latim *res*), *non* e

est revelam a herança latina que compõe a língua daquele tempo, ao passo que vocábulos como *ele*, *nostro* e *bon* apontam para momentos posteriores da língua, para fases que hoje conhecemos, respectivamente, como português, italiano e catalão. Esse texto, para nós, evidencia a *história de enunciações* presentes em cada enunciado, revelando não só a importância dos enunciados anteriores, como também dando-nos pistas sobre as produções subsequentes e a transformação do idioma.

Em “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”, Benveniste reforça reitera o pensamento saussuriano ao dizer que “o sistema da língua não muda senão muito lentamente, e sob pressão de necessidades internas, de maneira que, [...] nas condições de vida normal, os homens que falam não são nunca testemunhas da mudança linguística” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 98-99). Nesse mesmo texto, o linguista afirma que “o vocabulário conserva testemunhos insubstituíveis sobre as formas e as fases da organização social, sobre os regimes políticos, sobre os modos de produção que foram sucessiva ou simultaneamente empregados, etc.” (ibid., p. 100).

É justamente pensando acerca do vocabulário presente nos textos que buscamos entender e evidenciar mudanças e permanências ao longo da história do idioma. Os três textos analisados nesta pesquisa apresentam uma palavra em comum, mas que desencadeia efeitos de sentido diferentes quando levamos em consideração as circunstâncias de produção de cada enunciado.

O *eu lírico* do texto de Catulo afirma que *ille mi par esse deo videtur*, passagem traduzida por Vasconcellos como “ele me parece semelhante a um deus”. Nesse texto, o vocábulo *deo* é entendido como uma entidade superior a um ser humano, não relacionado, logicamente, com a noção de Deus cristão que aparece, por exemplo, na cantiga e Joan Garcia de Guilhade. Nesse texto, aliás, Deus é retratado de modo muito cuidadoso e respeitoso por parte do *eu lírico*. Diferentemente do que ocorre no poema de Drummond, no qual Deus é postulado como alocutário, sendo intimidado e questionado por um *eu lírico* desacreditado e melancólico. Acreditamos que essa distinção de valores atribuídos ao modo como o lírico refere-se à divindade, uma não pessoa nos textos estudados, está profundamente relacionado ao contexto enunciativo no qual se deu cada enunciado. Na época de Catulo, inúmeros deuses povoavam a fé humana; na Idade Média, a Igreja Católica imperava, impondo sua moral e seus valores; já no tempo de Drummond, o movimento modernista questionava e revisava as construções históricas, culturais, políticas e religiosas.

O *eu lírico* do texto de Joan Garcia demonstra uma aproximação para com a figura sagrada, inclusive pressupondo uma aderência por parte do locutor idealizado. Essa relação é demarcada pelo uso do pronome *Nostro* em “Nostro Senhor”. Drummond, por sua vez, como dirige-se ao próprio Deus, postulando-o como alocutário. O poeta, portanto, assume sozinho sua fé ao utilizar a

forma “meu Deus”. Percebemos nessas colocações a não pessoa adquirindo valor a partir de cada discurso, de *eu* locutor, diferente e único.

Dessa forma, nesse movimento comparativo, reiteramos que, por meio da língua, podemos tentar compreender a sociedade, porque “a língua contém a sociedade” (ibid., p. 97). O enunciado nesse caso, o texto escrito, produto de uma enunciação única e específica, pode ser a porta de entrada para a compreensão de um tempo e de um espaço que já não são mais nossos, mas que fazem parte de nossa história, formando-nos.

Para Naujorks (2011), não cabe ao leitor questionar-se sobre o que o autor quis dizer quando produziu o texto, isso porque essa intenção do locutor é inacessível ao leitor. A este, inclusive, cabe não só apropriar-se dos sentidos engendrados no texto, como também atualizá-los, ressignificando-os. O leitor “pode ou não manter o mesmo sentido, a mesma referência, pode ou não co-referir” (NAUJORKS, 2011, p. 94). Assim, o que apresentamos em nossas análises é, antes de tudo, nossa leitura, nossa percepção acerca dos textos. Fizemos isso desprendidos de um inalcançável valor de verdade, mas alicerçados em uma teoria rica, complexa e fascinante, que nos permitiu observar, em cada texto, a presença e a relevância de diferentes sujeitos, espaços e tempos. E é por essa leitura e através desse entendimento que nós mesmos colocamo-nos como sujeitos, compreendendo o valor de cada enunciado, apropriando-se da língua como locutores e alocutários para, enfim e cada vez mais, construir nossa própria história de enunciações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O final deste trabalho de conclusão de curso é um território ambíguo. Dizemos isso porque, neste momento, é preciso encerrar a discussão enquanto encaramos e deparamo-nos com novas questões, pensamentos e angústias de pesquisa.

Escrevemos este trabalho com o objetivo de compreender *como as marcas de pessoa e não pessoa, presentes em textos líricos de diferentes momentos sincrônicos e relacionados à diacronia latim-português, produzem sentido na leitura ao se considerar a instância de discurso de atualização de tais formas e a situação enunciativa de cada texto*. Para isso, no primeiro capítulo, foi apresentado um breve panorama da minha trajetória enquanto estudante de letras e, conseqüentemente, jovem professor e pesquisador. Depois, no segundo capítulo, contextualizamos o gênero textual dos textos que constituíam nosso *corpus* de análise, apresentando algumas noções referentes ao nosso objeto, à teoria adotada e à questão que norteou nosso trabalho.

Ao longo do terceiro capítulo, apresentamos a teoria enunciativa de Émile Benveniste e seus desdobramentos em texto, leitura e tradução. A partir de uma seleção de textos teóricos, buscamos discutir importantes noções e conceitos que fundamentaram nosso processo de análise da forma mais clara e adequada possível. Foi por meio desse construto teórico que apresentamos, no capítulo quatro, juntamente com maiores informações acerca dos fatos de linguagem que aqui analisamos, nossa metodologia de análise.

No capítulo cinco, passamos, enfim à análise dos textos, percebendo, sob um ponto de vista enunciativo, respectivamente, os textos de Catulo, Joan Garcia de Guilhade e Carlos Drummond de Andrade. Ao final desse capítulo, observamos os textos diacronicamente. Por meio das análises, percebemos a função desempenhada pelas marcas de pessoa e não pessoa na constituição do *eu lírico* e de sentidos de cada texto. Vimos que esses textos revelam marcas das circunstâncias enunciativas nas quais foram produzidos, uma vez que estão vinculados a circunstâncias específicas de pessoa, espaço e tempo. Na diacronia, os textos revelam mudanças e permanências da língua ao longo do tempo, revelando e relacionando-se a tese saussuriana apresentada lá em nosso primeiro capítulo, que foi uma inspiração para a realização deste trabalho.

Acreditamos que, para pesquisas futuras, há alguns caminhos possíveis a serem percorridos. Em primeiro lugar, é interessante que haja uma expansão dos *corpora* teórico e de análise. Poderemos, a partir dessa expansão, formar um panorama maior das relações estabelecidas entre textos, reconhecendo o diálogo existente entre os discursos e ampliando a

compreensão acerca da teoria benvenistiana. Em segundo lugar, há a possibilidade, que talvez se mostre como uma necessidade, de aprofundar a discussão acerca da tradução por meio de um viés enunciativo. Percebemos essa temática como fundamental para o desdobramento do trabalho que aqui começamos a realizar.

Um terceiro ponto, não menos relevante, consiste na possibilidade de deslocar nossa perspectiva de análise para o ensino, levando as ideias desta pesquisa para dentro da sala de aula. De que forma uma aula de língua ou literatura latina, muitas vezes tão rígida e presa na tradição, poderia levar em consideração textos escritos em galego-português, italiano, francês, espanhol, catalão, romeno e português? Por que não abordar esses enunciados em sala de aula, percebendo a língua em sua trajetória, revelando traços de outros sujeitos, espaços e tempos. Traços esses que formam nossa língua de hoje, nossa sociedade de hoje. Traços esses que nos formam.

Acreditamos, portanto, nesses possíveis desdobramentos que podem ser realizados a partir do trabalho que aqui se propôs e que, agora, faz parte da nossa *história de enunciações*. Reiteramos a importância dessa continuidade de pesquisa, porque, conforme Benveniste (1974/1989, p. 104) “o homem é ainda e cada vez mais um objeto para ser descoberto, na dupla natureza que a linguagem fundamenta e instaura nele”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Alguma Poesia**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1930/2007.
- BAKHTIN, Mikhail. **A estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística geral I**. Campinas: Pontes, 1995.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989.
- BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 10. Ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1994.
- CARDOSO, Zélia de Almeida. **A Literatura Latina**. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- DESSONS, Gérard. **Émile Benveniste: l'invention du discours**. Paris: Éditions in Press, 2006.
- CATULO. **O cancionero de Lésbia**. Tradução, comentários e notas de Paulo Sérgio de Vasconcellos. São Paulo: Hucitec, 1991.
- FIORIN, José Luiz. **As Astúcias da Enunicação: as categorias de pessoa, espaço e tempo**. São Paulo: Editora Ática, 1999.
- FLORES, Valdir do Nascimento. **Introdução à teoria enunciativa de Émile Benveniste**. São Paulo: Parábola 2013.
- GONZAGA, Sergius. **Curso de Literatura Brasileira**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.
- GUILHADE, Joan Garcia de. **Joan Garcia de Guilhade: Cantigas (século XIII)**. São Paulo: Poeteiro Digital, 2014.
- KNACK, Carolina. **Texto e Enunicação: as modalidades faladas e escrita como instâncias de investigação**. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. Orientação: Profa. Dra. Carmem Luci da Costa Silva. Porto Alegre, 2012.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MOISÉS, Massaud. **A Literatura Portuguesa**. 4. Ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1966.
- NAUJORKS, Jane da Costa. **Leitura e Enunicação: princípios para uma análise do sentido na linguagem**. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras. Orientação: Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre, 2011.
- ROSÁRIO, Heloísa Monteiro. **Elementos para uma reflexão sobre tradução a partir da**

teoria benvenistiana da enunciação. Conexão Letras, Porto Alegre, v. 7, n. 7, p. 63 - 71, maio/agosto 2012.

ROSENFELD, Anatol. **O teatro épico**, São Paulo: Buriiti, 1965.

SAUSSURE, Ferdinand. **Escritos de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2004.

SILVA, Carmem Luci da Costa. **A instauração da criança na linguagem:** princípio para uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras. Orientação: Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre, 2007.

TERRA, Ernani. **Leitura do texto literário**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.